



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS-CE
Rua Pereira Valente, 491 - Aldeota – Fone/Fax:(85) 3101-1562
CEP: 60160-250 - Fortaleza – Ceará – ceas_ce@veloxmail.com.br

RELATÓRIO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ



Tema: "EFETIVAÇÃO DO PLANO DECENAL NO ÂMBITO DO ESTADO: COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES PARA ASSEGURAR PROTEÇÃO SOCIAL PELO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS".

Período: 24, 25 e 26 de outubro de 2007.

Local: Ponta Mar Hotel
Av. Beira Mar, 2200 – Meireles

Fortaleza-CE

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EMPOSSADO EM
27 DE SETEMBRO DE 2005.**

**FÁTIMA CATUNDA ROCHA MOREIRA DE ANDRADE
PRESIDENTE DO CEAS-CE**

**MARLÚCIA RAMOS DE FÁTIMA DE SOUSA GOMES
VICE-PRESIDENTE DO CEAS-CE**

**MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA
SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO CEAS-CE**

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:

01. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
02. Secretaria da Educação - SEDUC
03. Secretaria da Saúde - SESA
04. Secretaria da Fazenda - SEFAZ
05. Secretaria de Planejamento e gestão - SEPLAG
06. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

01. Lar Torres de Melo
02. Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF
03. Federação de Bairros e Favelas Comunitárias de Caucaia - FEBECC
04. Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará - SASEC
05. Conselho Comunitário Monsenhor Souto de Itaitinga
06. Sociedade Para o Bem Estar da Família - SOBEF

SUPLENTE:

01. Associação Cearense Pró-Idoso - ACEPI
02. Missão Resgate Evangelho e Vida
03. Centro Assistencial André Luís
04. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 3ª REGIÃO
05. Fundação Especial Permanente Casa da Esperança
06. Fundação São Judas Tadeu - FUNTAD.

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Alba Maria Pinho de Carvalho
Maria Tereza de Araújo Serra
Ana Maria Câmara Coelho
Célia Maria de Souza Melo
Maria dos Remédios Alencar

SUMÁRIO

1. Apresentação

2. Programação

PARTE 1:

Sistematização de Relatórios das Conferências Municipais.

1. Número Total de Município;

2. Número Total de Municípios que realizaram Conferências Municipais;

3. Porte dos Municípios;

4. Número de Municípios;

5. Principais Avanços, Dificuldades e Desafios para a gestão do SUAS nos Municípios nos últimos 02 (dois) anos de Implementação do SUAS;

6. Dificuldades encontradas para garantir os Direitos Socioassistenciais aos Usuários da Política de Assistência Social;

7. Ações Prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os Direitos Socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União.

PARTE 2:

Relatório da VII Conferência Estadual de Assistência Social no Ceará

1. Avaliação quanto ao primeiro objetivo:

1.1. Avaliação sobre as Metas da VI Conferência Estadual;

1.2. Avanços, Dificuldades, Desafios e Proposições por eixo.

2. Avaliação sobre o segundo Objetivo.

2.1. Indicação das três principais Dificuldades/ Desafios encontradas para garantir dos Direitos Socioassistenciais estabelecidos pela Política de Assistência Social.

3. Deliberações da VII Conferência Estadual da Assistência Social;

4. Resultado do Processo Eleitoral para a VI Conferência Nacional de Assistência Social;

5. Moções Aprovadas;

6. Anexos.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS-CE e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, cumprindo suas competências pela legislação estadual específica convocaram a VII Conferência Estadual de Assistência Social do Ceará, realizada nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2007, no Ponta Mar Hotel - Fortaleza-CE.

Em coadunância com as orientações nacionais, a referida Conferência trabalhou o tema: **“Compromissos e Responsabilidades para assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social – SUAS”**. Neste momento contemporâneo de redesenho/ reestruturação da Assistência Social como Política de Proteção Social – *deflagrado a partir de 2003 e construído ao longo dos quatros últimos anos* – este Ciclo de Conferências de Assistência Social – 2007, visa contribuir para consolidação do SUAS, no sentido de avançar na viabilização de sua arquitetura ético-política e institucional. Nesta perspectiva, a Conferência Estadual – 2007, assumiu um tom de avaliação e proposição, considerando:

Os Direitos Sócioassistenciais, definidos na **V Conferência Nacional de Assistência Social** as **Metas de Curto, Médio e Longo Prazos para a Política de Assistência Social no Ceará**, definidas no **Álbum de Fotografias**, construído coletivamente em 2005, no processo de elaboração do Plano Decenal.

Todo o esforço avaliativo desenvolvido ao longo da programação, buscou (re) pensar criticamente os percursos da Política de Assistência Social, na esfera Estadual, tomando como referência a avaliação da política de Assistência Social nos Municípios, devidamente consolidada em uma síntese avaliativa, amplamente discutida em uma mesa-redonda específica e distribuída para todos os participantes. A ótica analítica foi orientada para refletir, discutir e avaliar o papel estratégico do Estado no pacto federativo que sustenta o SUAS.

O momento por excelência dessa avaliação propositiva foi o trabalho de Grupo, cuja produção está consubstanciadas na Parte 2 deste Relatório.

Estamos convictos (as) de que a VII Conferência Estadual de Assistência Social no Ceará constitui-se um espaço público de fundamental importância na construção da Assistência Social como Política de Estado, na perspectiva de assegurar Proteção Social ao amplo contingente da população cearense que dela necessita para ter acesso um padrão de vida digno. De fato, esta Conferência avaliou **a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**, delimitando **Avanços, Desafios e Prioridades**, no sentido de afirmar **compromissos e responsabilidades**, no âmbito da Esfera Estadual, considerando os distintos **sujeitos** envolvidos com esta Política: Gestores/ Conselheiros/ Técnicos/ Usuários.

Esta VII Conferência Estadual constituiu, o momento culminante de um amplo processo que envolveu acompanhamento e assessoria sistemáticos às Capacitações Regionais e Conferências Municipais, inclusive com produção de textos de orientação e de instrumentais avaliativos.

Neste sentido a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, Órgão Gestor da Política de Assistência Social no Estado, contratou a consultoria para todo esse percurso, das Prof^{as}. Alba Maria Pinho de Carvalho e Irma Moroni.

Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
Presidente da VII Conferência Estadual de
Assistência Social

PROGRAMAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAS: 24, 25 e 26 de Outubro de 2007.

LOCAL: Hotel Ponta Mar (Av. Beira Mar, 2200)



PROGRAMAÇÃO:

13h - CREDENCIAMENTO

17h - ABERTURA

Cid Ferreira Gomes
Governador do Estado do Ceará.

Arlete Sampaio
Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Dep. Estadual Cirilo Pimenta
Presidente Estadual da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social

Dep. Federal Raimundo Gomes de Matos
Presidente Federal da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social

Carlos Rogério de C. Nunes
Representante do CNAS

Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
Secretária de Trabalho Desenvolvimento Social STDS e Presidente do CEAS-CE

Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes
Representando a Sociedade Civil

Ieda Maria Nobre de Castro
Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social -COEGEMAS

Luizianne Oliveira Lins
Prefeita Municipal de Fortaleza

Maria Aurileide de Sousa Soriano
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

João Dilmar da Silva
Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE

19h 30 - PAINEL:

“Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS”.

Diretora do Departamento de Proteção Social-SNAS/MDS - Valéria Maria de M. Gonelli
CNAS - Carlos Rogério de C. Nunes

CEAS - Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade

Professora da UFC - Alba Maria Pinho Carvalho

Coordenação do CEAS-CE

Representante OG: Plínio Leitão

Representante Sociedade Civil: Marlúcia Ramos

21h 30 - COQUETEL COM APRESENTAÇÃO CULTURAL



CERRAMENTO.
PROGRAMAÇÃO:

07h 30 - CAFÉ DA MANHÃ

08h - LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO

Coordenação do CEAS-CE
Representante OG: Vanda Deucila
Representante Soc. Civil: Maria Valdicélia

08h45 - CONFERÊNCIA: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Conferencista: Professora da UECE - Irma Moroni

Coordenação do CEAS-CE
Representante OG: Cristiane Holanda
Representante Soc. Civil: Renata Moreira

9h 30 - PAINEL:

“Avaliando a Política de Assistência Social a partir das Conferências Municipais - 2007”.

Professora da UFC - Alba Maria Pinho Carvalho
Representante da STDS - Célia Maria de Souza Melo
Representante do CEAS-CE - Maria Andrade Leite
Coordenação do CEAS-CE
Representante OG: Paulo Henrique
Representante Soc. Civil: Lúcia Mônica

11h - Debate

12h - ORIENTAÇÃO PARA OS TRABALHOS DE GRUPOS - Secretária Executiva do CEAS-CE
- Tereza Serra

12h15 - ALMOÇO

14h - TRABALHOS EM GRUPOS

18h - ENCERRAMENTO.



PROGRAMAÇÃO:

07h 30 - CAFÉ DA MANHÃ

08h - CONTINUIDADE DOS TRABALHOS EM GRUPOS

10h - PLENÁRIA DE APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS GRUPOS

Coordenação CEAS-CE
Representante OG: Darcy Oliveira
Representante Soc. Civil: Adriana Lacerda
Maria Alencar

12h 30 - ALMOÇO

14h - CONTINUIDADE DA PLENÁRIA DE APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS GRUPOS

17h - ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO ESTADO PARA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Coordenação da Mesa: Marília Alencar Andrade
Diana Ferreira Gomes

PARTE I:

Sistematização de relatórios das Conferências Municipais.

1. Número Total de Municípios: 184

2. Número Total de Municípios que realizaram as Conferências Municipais de Assistência Social no ano de 2007: 184

3. Porte dos Municípios:

PEQUENO

Nº	MUNICÍPIOS
01	Abaiara
02	Acarape
03	Acopiara
04	Aiuaba
05	Alcântaras
06	Altaneira
07	Alto Santo
08	Antonina do Norte
09	Apuiarés
10	Ararendá
11	Aratuba
12	Arneiroz
13	Baixio
14	Banabuiú
15	Barreira
16	Barroquinha
17	Capistrano
18	Caridade
19	Cariré
20	Cariús
21	Carnaubal
22	Catarina
23	Catunda
24	Chaval
25	Choró
26	Croatá
27	Deputado Irapuan Pinheiro
28	Ererê
29	Forquilha
30	Fortim
31	Frecheirinha
32	General Sampaio
33	Graça
34	Granjeiro
35	Groaíras
36	Guaramiranga
37	Hidrolândia
38	Ibaretama
39	Ibicuitinga
40	Icapuí
41	Ipaporanga
42	Ipaumirim
43	Iracema
44	Itaiçaba
45	Itapiúna
46	Itatira

Nº	MUNICÍPIOS
47	Jaguaribara
48	Jati
49	Jijoca de Jericoacoara
50	Madalena
51	Martinópolis
52	Meruoca
53	Milhã
54	Miraíma
55	Monsenhor Tabosa
56	Moraújo
57	Morrinhos
58	Mucambo
59	Mulungu
60	Nova Olinda
61	Pacoti
62	Pacujá
63	Palhano
64	Palmácia
65	Paramoti
66	Penaforte
67	Pereiro
68	Pindoretama
69	Piquet Carneiro
70	Pires Ferreira
71	Poranga
72	Porteiras
73	Potengi
74	Potiretama
75	Quiterianópolis
76	Quixelô
77	Quixeré
78	Saboeiro
79	Salitre
80	Santana do Cariri
81	São João do Jaguaribe
82	São Luiz do Curu
83	Senador Sá
84	Solonópolis
85	Tarrafas
86	Tejuçuoca
87	Tururu
88	Umari
89	Umirim
90	Uruburetama
91	Uruoca
92	Varjota

PEQUENO PORTE II

Nº	MUNICÍPIOS
01	Amontada
02	Aracoiaba
03	Araripe
04	Assaré
05	Aurora
06	Barro
07	Baturité
08	Beberibe
09	Bela Cruz
10	Brejo Santo
11	Campos Sales
12	Caririaçu
13	Cedro
14	Chorozinho
15	Coreaú
16	Cruz
17	Eusébio
18	Farias Brito
19	Guaiúba
20	Guaraciaba do Norte
21	Horizonte
22	Ibiapina
23	Independência
24	Ipu
25	Ipueiras
26	Irauçuba
27	Itaitinga
28	Itapajé
29	Itarema
30	Jaguaretama
31	Jaguaribe
32	Jaguaruana

Nº	MUNICÍPIOS
33	Jardim
34	Jucás
35	Lavras da Mangabeira
36	Marco
37	Massapé
38	Mauriti
39	Milagres
40	Missão Velha
41	Mombaça
42	Nova Russas
43	Novo Oriente
44	Ocara
45	Orós
46	Paracuru
47	Paraipaba
48	Parambu
49	Pedra Branca
50	Pentecoste
51	Redenção
52	Reriutaba
53	Santana do Acaraú
54	Santa Quitéria
55	São Benedito
56	São Gonçalo do Amarante
57	Senador Pompeu
58	Tabuleiro do Norte
59	Tamboril
60	Trairi
61	Ubajara
62	Várzea Alegre
63	Viçosa do Ceará

MÉDIO PORTE

Nº	MUNICÍPIOS
01	Acaraú
02	Aquiraz
03	Aracati
04	Barbalha
05	Boa Viagem
06	Camocim
07	Canindé
08	Cascavel
09	Crateús
10	Granja
11	Icó
12	Iguatu
13	Limoeiro do norte
14	Maranguape
15	Morada Nova
16	Pacajús
17	Pacatuba
18	Quixadá
19	Quixeramobim
20	Russas
21	Tauá
22	Tianguá

GRANDE PORTE

Nº	MUNICÍPIOS
01	Caucaia
02	Crato
03	Itapipoca
04	Juazeiro do Norte
05	Maracanaú
06	Sobral.

METRÓPOLE

Nº	MUNICÍPIOS
01	Fortaleza

4 . Número de Municípios:

QUADRO DE PARTICIPANTES DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2007

Municípios que participaram do Pequeno Porte I: 85 Municípios
Municípios que participaram do Pequeno Porte II: 58 Municípios
Municípios que participaram do Médio Porte: 22 Municípios
Municípios que participaram do Grande Porte: 06 Municípios
Município que participou da MetrÓpole: 01 Município

Convidados: 66 Participantes
Conselheiros: 21 Participantes
Delegados OG: 165 participantes
Delegados ONG: 126 participantes
Observadores: 137 participantes
Profissionais da Área: 03 participantes
Prestadora de Serviços: 01 participante
Ouvintes: 100 participantes
Consultoras Técnica: 02

Municípios: 172
Municípios Faltosos: 12

Participantes Totais no dia 24/10: 304 participantes
Participantes Totais no dia 25/10: 360 participantes
Participantes Totais no dia 26/10: 351 participantes

Total Geral: 621 Participantes

Relação dos Municípios faltosos	Porte dos Municípios
Abaiara	Pequeno Porte I
Araripe	Pequeno Porte II
Chorozinho	Pequeno Porte II
Coreaú	Pequeno Porte II
Ipaumirim	Pequeno Porte I
Jagaribe	Pequeno Porte II
Mucambo	Pequeno Porte I
Nova Russas	Pequeno Porte II
Paramoti	Pequeno Porte I
Potengi	Pequeno Porte I
Salitre	Pequeno Porte I
Milha	Pequeno Porte I

5. Principais Avanços, Dificuldades e Desafios para a Gestão do SUAS nos Municípios nos últimos 02 (dois) anos de Implementação do SUAS.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Estruturação, Implementação e Monitoração dos CRAS nos Municípios, com relativo aumento ao longo dos anos de 2006 e 2007 em curso, com conseqüente ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica, co-financiando com o Piso Básico Fixo.	Desconhecimento da Política e dos Direitos Sócioassistenciais por falta de uma ampla divulgação e informações junto a população usuária.	Garantir ao usuário as Informações do INSS no que diz respeito aos encaminhamentos dos requerimentos dos Benefícios Assistenciais demandados
	Um aumento no número de profissionais envolvidos no desenvolvimento da Política de Assistência Social nos Municípios, destacando-se assistentes sociais e psicólogos no âmbito dos CRAS.	Insuficiência ou ausência de ações voltadas para Vigilância Socioassistencial.	Construir Centro de Cidadania
	Reestruturação dos Órgãos Gestores em muitos Municípios.	Exclusão das pessoas com deficiência nos Programas Sócio-educativos.	Construir Centro de Reabilitação e Habitação para Deficientes
	Algumas experiências relevantes na implementação dos CRAS, em determinados Municípios.	Não Regulamentação dos Benefícios Eventuais.	Construção de Abrigos para Pessoas em Risco Social.
	Implantação e efetivação dos Conselhos Municipais de Políticas e Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiências, Trabalho e Conselho Tutelar).	Não articulação com as demais Secretarias: Saúde, Assistência Social, Educação, Saúde e Planejamento, falta de indicadores sociais, monitoramento e avaliação.	Reestruturação do Órgão Gestor de acordo com as exigências do SUAS.
	Habilitação dos Municípios na Gestão Básica da Assistência Social.	Necessidade de diagnóstico sócio-econômico no Município.	Aquisição de um veículo para Secretaria de Assistência Social
		Alto índice de Prostituição Infantil.	Estabelecer parcerias com Entidades Públicas Privadas para desenvolver políticas de geração renda para as famílias tendidas pela Proteção Social Básica.
		Insuficiente em relação à demanda da Rede de Proteção Social Especial.	Ampliação dos Projetos Sociais de Assistência a Criança, Adolescentes, PPD's e Idosos nos Distritos.
		Necessidade de ampliação dos Serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade, principalmente abrigamentos a Criança e adolescente violentados sexualmente e em conflito com a Lei, mulheres vitimizadas, população de rua e enfrentamento ao trabalho infantil.	Atendimento garantido dos Idosos e Deficiente que Necessitam do BPC.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Necessidade de implantação de 01(um) Ouvidoria Pública.	Estabelecer parcerias com ONG's para agilizar e Viabilizar Programas e Projetos
		Inexistência de um Sistema Informatizado de Serviços Socioassistenciais.	Desenvolver Trabalho Sócio - educativo com Crianças e Adolescentes de ruas.
		Necessidade de Criação de Abrigos em Consórcio para casos que envolvam Crianças e Adolescentes	Acesso a Informação
		Centralização da Política de Assistência Social para a zona urbana.	Implantar um Sistema Informatizado de Serviços Socioassistenciais
		Necessidade de implantação do CREAS.	Realizar Atividades Intersetoriais com Secretarias afins
		Falta o atendimento das famílias vulnerabilizadas com acompanhamento socioassistenciais, ações sócio-educativas, atividades de inclusão produtiva.	Divulgação organizada dos Programas, Projetos e Serviços existentes no Município para a População
		Programas e Projetos sem qualidade e continuidade.	Estruturar salas de atendimento no CRAS
		Inexistência de equipamentos de atendimento a 3ª Idade.	Realimentação em dos Cadastros das Famílias destinatárias da Política de Assistência Social
		Necessidade de Ampliação do co-financiamento do PETI para os Municípios	Assegurar a Continuidade dos Serviços do ASEF
		Inexistência de criar Programas Sociais que complementem o PETI	Encaminhamento dos Adolescentes em conflito com a lei para ações de lazer, culturais, esportivas e educativas devidamente acompanhados pelo Ministério Público.
		Órgão Gestor sem condições necessárias ao desenvolvimento da Política de Assistência Social com: Infra-estrutura, Equipamentos e Transporte.	Descentralização das Ações para os Distritos através dos Núcleos da Assistência Social, ampliando as coberturas dos Projetos.
		Necessidade de implantar Sistema de Informação dos indicadores.	Erradicar as várias formas de violação dos Direitos da Criança e do Adolescente
		Escassez de Recursos Financeiros, Programas e Projetos.	Atendimento a comunidade de forma Intersetorial levando ações Preventivas, Educativas de Prestação de Serviço de Cidadania, principalmente nos Sítios e nos Distritos.
		Necessidade de Pesquisa Sócio-econômica dos usuários da Política de Assistência Social.	Implantar Atendimento Regionalizado da Proteção Especial para as Vítimas de todo tipo de Violência
		Inexistência de informações unificadas nas Secretarias Municipais.	Programa de Prevenção e Recuperação de Adolescentes e Jovens ao uso Drogas.
	Necessidade de Reestruturação do Órgão Gestor	Implantar Políticas Públicas para Crianças e	

		de acordo com o SUAS	Adolescentes com Deficiências
EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Falta do diagnóstico sobre o trabalho Infantil.	Ampliação dos Projetos Sociais de Assistência à Crianças, Adolescentes, PPD's e Idoso – Distrito.
		Não priorização de ação de proteção ao adolescente e ao jovem de 15 a 24 anos.	Implantar Sistema de Ouvidoria.
		Inexistência de Programas de Enfretamento à Pobreza	Construção de 01 (um) Abrigo para Idoso na Sede do Município.
		Necessidade de definir a territorialização dos CRAS	Garantir que 80% da População em situação de risco tenha acesso aos Benefícios Eventuais
		Os recursos necessários para o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social, não estão assegurados no PPA, LDA e LDO.	Implantar e Implementar 01(um) CREAS
		O CMAS não dispõe das condições necessárias ao desenvolvimento do Controle Social da Política de Assistência Social com: Infra-estrutura, Equipamentos, Recursos Financeiros e Transporte.	Contratação de Equipes Multi-profissionais na perspectiva de melhora e ampliar o Atendimento à População
		Inexistência de trabalho direcionado a mulher chefe de família em situação de risco.	Implantação do centro de Formação da Juventude
		Falta a contratação de profissionais para compor Equipe dos CRAS.	Crianças e Implementação do Programa do 1º Emprego e de 01 (um) Centro Profissionalizante
		Necessidade de Agente de Mobilização Social e Apoio à família.	Implantação de 01 (um) centro de convivência para Idosos
		Dificuldade de inserir os usuários da assistência social nas diversas Políticas Públicas Municipais.	Ampliação da Rede de Proteção Social Básica
		Necessidade da implantação de um Centro de Informática para atualização e manutenção de dados dos usuários da Política de Assistência Social.	Ampliação de Rede de Proteção Social Especial
		Necessidade de trabalhar a intersetorialidade nas 03 esferas de Governo.	Fortalecimento do CRAS
		Dificuldade de expandir aos Beneficiários do BPC as ações desenvolvidas nos CRAS.	Acesso a Informação
		Necessidade de reavaliar o CADÚNICO.	Implantar Ações Sórias Educativas no Combate a exploração Sexual contra Criança e Adolescente
		Falta de atendimento as Associações por meio da revitalização das Organizações não-governamentais.	Implantação de um Abrigo ou Casa de Passagem para Crianças, Adolescentes e Idosos.
	Falta de Proteção às Famílias em situação	Sistematizar o Assessoramento Técnico da	

		emergencial e de risco.	Secretaria Municipal junto a Rede Sócio - assistencial
--	--	-------------------------	--

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Implantar 01 (um) Centro de Atendimento ao PPD's.
			Maior Divulgação dos Programas, Projetos e Serviço da Rede Sócio Assistencial.
			Implantação e funcionamento do CRAS conforme meta prevista na NOB/ SUAS
			Atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social com acompanhamento Sócio assistencial, ações Sócio educativas e de inclusão produtiva.
			Implementação do PETI, com ampliação de metas.
			Reestruturação do Órgão Gestor de acordo com a exigência do SUAS.
			Definir perfil para o Gestor da Assistência Social.
			Redirecionar o atendimento do PETI nas localidades por pólo de atendimento a criança / adolescente de 7anos/ 7anos
			Implantar Atendimento Regionalizado da proteção Especial para vítima de todo tipo de violência
			Regulamentação dos Benefícios Eventuais
			03 Implantar Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes com Deficiência
			Implantar o Núcleo Regional da STDS, para Assessorar os Municípios na Implantação do SUAS
			Fortalecer as Entidades não Governamentais, através de Capacitações e Formalização de convênios para ampliação de ações voltadas para Assistência Social.
			Implantar o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.
			Implantar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
		Fortalecer de Parecerias entre a Secretarias para um melhor aproveitamento dos produtos da Agricultura Familiar	

			Implantar a ouvidoria dos serviços Socioassistenciais
			Implantar do Conselho Municipal da Mulher

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Realizar Eventos Informativos e Educativos sobre os Direitos Socioassistenciais através da Arte (Música, Teatro, Oficinas de Arte, ETC).
			Criar centros de Convivência do Idoso
			Garantir o BPC a toda Demanda do Município
			Implantar o Pró-Jovem Adolescente.
			Construir Equipamentos Sociais de Cobertura aos Deficientes na Zona Rural
			Identificar e caracterizar a população que necessita dos Serviços de Assistência Social
			Atender População que necessite de Proteção Social Especial
			Ampliar o Serviço de Proteção Social Básica a Infância / ASEF
			Vigilância Social Estruturada e atuante
			Implantar programas de atendimento as Pessoas com Deficiências
			Trabalhar estratégias de informação e divulgação das Ações e serviços Socioassistenciais
			Implantação de CREAS nos Municípios.
			Monitorar transferência de Renda (Bolsa Família)
			Implantação de um Centro de Atenção á Mulher de forma Integral
			Instalar e coordenar o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação das Ações de Assistência Social
			Ampliar a Rede de Proteção Social Especial
			Ampliar a Rede de Proteção Social Básica.
		Descentralizar a Ouvidoria Pública para as Sedes dos Distritos.	
		Implantar um Abrigo ou Casa de Passagem para Criança, Adolescentes e Idosos.	
		Implantar Programa de Inclusão Produtiva de	

			Enfrentamento da Pobreza
			Implantar um sistema informatizado de Serviço Socioassistenciais.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Implantar consórcio para criação de Abrigos
			Construir Pólo de Atendimento de Crianças e Jovens nas Zonas Urbana e Rural.
			Buscar a Intersetoridade entre as Secretarias Municipais
			Ampliar a Contratação de Profissionais especializados no acompanhamento aos Programas e Projetos.
			Assegurar a equipe do CRAS veículo automotor e equipamentos necessários à execução do trabalho
			Implantar o CRAS Itinerante.
			Garantir a estrutura física adequada para funcionamento da Secretaria de Ação Social.
			Implantar Projetos de Atendimento às Pessoas com direito violado
			Garantir convivência familiar e comunitária aos usuários
			Fortalecer as Organizações da Sociedade Civil
			Trabalhar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
			Ampliar habilitação dos Municípios a Gestão Básica da Assistência Social.
			Socializar e divulgar os Direitos e deveres sociais, através de jornais, panfletos e Programas de rádio e eventos socioassistenciais.
			Proporcionar maior Assistência as Famílias do PETI com Cursos de Geração de Renda e Trabalho Sócio-educativo.
			Divulgar os Programas Sociais em todo Município por meio de Informativos e Visitas Domiciliares
			Organizar grupos de convivência na Zona Rural
			Fortalecer e Ampliar Atividades oferecidas pelo CRAS
		Criar Abrigos em consórcios com outros Municípios para casos especiais que envolvam crianças e adolescentes.	
		Criar o Conselho da Mulher.	

			Assegurar a continuidade dos Serviços do ASSEF
			Primar pelo Funcionamento do CMAS

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Garantir a execução de medidas sócio-educativas entre as Secretarias para Atendimento e referenciamento dos casos mais graves de crianças, adolescentes e jovens infratores.
			Realizar Diagnóstico da vulnerabilidade do Município
			Implantar 01 (um) Programa nos Meios de Comunicação Semanal para divulgação das ações e da Política de Assistência Social.
			Divulgar os Critérios utilizados nos Programas e Serviços de Assistência Social.
			Criar Conselho do PCD
			Ampliar a Cobertura do Cadastro Único.
			Ampliar os Programas existentes.
			Garantir Atendimento dos Serviços de Alta Complexidade - CREAS
			Ampliar habilitação dos Municípios a Gestão Plena da Assistência Social.
			Dar sustentabilidade as ações Socioassistenciais.
			Divulgar a Rede de atendimento, os serviços e ações Sócioassistenciais (Sistema Único da Assistência Social)
			Ampliar ações Sócio-Educativas com as famílias cm Crianças na faixa etária de 0 a 06 anos - ASEF
			Fortalecer a Intersetorialidade com as demais Secretarias Setoriais de Política Públicas.
			Implantar e Estruturar o Conselho Tutelar (Equipamentos e Veículos)
			Implantar a Secretaria Executiva dos Conselhos.
			Criar um sistema de identificação e Monitoramento de Criança com histórico de trabalho Infantil.
		Criar 01 (um) centro apoio as mulheres vitimizadas.	
		Primar pela valorização do ECA e Estatuto do Idoso.	
		Promover canais de discussão das diferenças de	

			Gênero subsidiando o atendimento especializado as minorias vitimizadas.
			Promover atualização de cadastrados das Famílias destinatárias dos Direitos da Assistência Social

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Criar o Sistema Municipal de Informações com Banco de Dados das Famílias atendidas nos diversos Programas da Assistência Social
			Implementar Programas Socioassistenciais e descentralizar com Idosos nos Distritos localizados dos Municípios
			Estruturar o Quadro de Recursos Humanos do CRAS.
			Desenvolver programas que visem a Defesa dos Direitos da Mulher nos diferentes ciclos de vida.
			Divulgar os Direitos de Proteção Social Consagrados em Lei para Todos
			Estabelecer parcerias com Entidades Públicas e Privadas
			Realizar Campanhas de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente
			Realizar Campanhas de Combate a Violência Contra a Mulher
			Ampliar a Meta de Proteção e Atendimento ao Idoso
			Consolidar o Artesanato Local.
			Criar espaço próprio para Funcionamento dos Conselhos
			Implantar de um Núcleo Especializado para Atendimento de Portadores de Necessidades Especiais.
			Efetivar o Direito dos usuários da Assistência Social
			Referenciar serviços da P.S.E. para Município sem CREAS, através de Consórcios Municipais e Regionais.
			Reestruturação do Órgão Gestor
		Criar os Projetos de melhoria na qualidade de Vida das Famílias Vulneráveis.	
		Monitorar e Acompanhar as Famílias em Situação	

			de Vulnerabilidade
			Construir a Sede da Secretaria de Assistência Social.
			Implantar programa de Prevenção e Recuperação de Adolescentes e Jovens ao uso de Drogas

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Ampliar e fortalecer o funcionamento dos CRAS.
			Implantar do CRAS na Zona Rural
			Construir e manter equipamentos físicos que realize ações sociais, culturais, esportivas, de lazer para Crianças, Adolescentes e Jovens.
			Redirecionar o Atendimento do PETI
			Ampliar o PETI nos Municípios.
			Fortalecer as Entidades não Governamentais através de Capacitações e Formalização de convênios para Ampliação de Ações voltadas para Assistência Social.
			Criar Programa Sociais que Complementem o PETI
			Facilitar o Acesso a Aposentadoria para os Idosos e ao BPC.
			Facilitar o Fortalecimento do Controle Social.
			Implantar o Centro de Informação.
			Implantar o Programa 1º Passo nos Municípios.
			Emissão de Documentos.
			Implantar de 01(um) Abrigo Regional para Crianças e Adolescentes com Direitos violados a Nível Regional.
			Implantar 01 (um) centro de Atendimento ao Adolescente Infrator a Nível Regional.
			Articular a implantação de 01 (um) centro de Artesanato Local, valorizando a Produção e Facilitando o escoamento da mesma.
			Construir Pólo de Atendimento de Crianças e Adolescentes nas Zonas Urbanas e Rurais.
		Construir Pólo de Atendimento de Crianças e	

			Adolescentes nas Zonas Urbanas e Rurais.
			Assegurar o Co – Financiamento da União para o Programa Pró- Jovem, de acordo com a Demanda do Município.
			Ampliar o ASEF para outras localidades do Município.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Assegurar Co – Financiamento do Estado para a Proteção Social Básica para criança e adolescentes através do Projeto Amor à Vida
			Trabalhar Intersetorialmente no CRAS com Políticas de Agricultura, no sentido de estimular a auto - estima das famílias e de Fornecer Informações para facilitar o Acesso ao Crédito para a melhoria da qualidade de vida.
			Divulgar nos Meios de Comunicação o SUAS
			Implantar Espaço de defesa Social - Ouvidoria Municipal.
			Articular a criação de consórcios entre as localidades para o desenvolvimento de atividades produtivas e mediar a venda de produtos produzidos nas comunidades.
			Elabora e executar o Plano de Ação destinado ao Idoso.
			Implantar programas de Combate a Violência Doméstica.
			Implantar programas de Combate a Fome e ao Desemprego.
			Articular com a Secretaria Setorial competente a viabilização de 01 (um) centro de habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência
			Desenvolver 01 (um) trabalho direcionado a mulher chefe de família e potencializar projetos para mulheres.
			Planejar com Gestores, representantes de cada Secretaria e Representantes da Sociedade Civil as Ações Intersetoriais.
			Potencializar as Ações Sociais - Artísticas - Culturais realizadas Projeto ABC.

			Criar o Conselho Municipal dos PPD's,
			Realizar Mutirões da Cidadania na Zona Rural
			Implantar e Implementar projetos de desenvolvimento sustentável para jovens.
			Implantar estratégias de defesa dos direitos socioassistenciais.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Trabalhar, a Intersetorialidade – Assistência Social , saúde e Educação/ cumprimento das condicionalidades do PBF
			Implantar os Serviços de Informação, Monitoramento e Avaliação.
			Implantar Projetos Famílias Substitutas.
			Mapear Rede sócio-assistencial.
			Rever critérios do BPC Percapita / Redução de Idade
			Implantar o CREAS Regionalizado / Municipal.
			Implantar Pólo de Atendimento – PROARES
			Ampliar o Projeto Renascer.
			Ampliar Grupo de Gestantes em parceria com a Secretaria da Saúde
			Implantar Centro de Informação para manutenção e atualização dos dados referentes aos usuários da Assistência Social
			Incentivar a Inclusão produtiva nas Famílias oriundas do PBF.
			Criar Serviços de Assessoria Pública aos usuários da Assistência Social na defesa de sua Cidadania.
			Definir Indicadores de acompanhamento e avaliação das gestões para avaliação da rede sócioassistencial.
			Entender as ações socioassistenciais na Zona Rural
			Realizar estudo diagnóstico no Município com base no CADÚNICO.
		Implantar a Sede dos Conselhos.	
		Formar grupos de convivência de Mulheres.	

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento	Co-financiamento da União para implantação dos CRAS.	Dificuldades de acesso das pessoas Idosas e PPD's ao BPC.	Implantar Piso no Município de 15% para Assistência Social
		Os recursos para ações de Proteção Social Básica, não são alocados no FMAS.	Criar dotação orçamentária para o CMAS
		Necessidade dotar o FMAS como unidade Orçamentária	Ampliar o Percentual de recursos destinados ao Fundo Municipal com base na arrecadação líquida mensal e transferências
		Pessoas Idosas e PPD's penalizados pelo valor reduzido da Renda percapita do BPC.	Implementar e assegurar Pleno Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social.
		Inexistência do co-financiamento do Estado dos Benefícios Eventuais.	Ampliar os Recursos Co - financiados p/ a Proteção Social Básica.
		Escassez de recursos destinado a Política de Assistência Social.	Instituir Orçamento garantido alocação no FMAS.
		Insuficiência de Metas de Atendimento dos Programas Assistenciais do Governo para inclusão de todas famílias em situação de vulnerabilidade social.	Definir Piso de Proteção Social nas três esferas de Governo.
		Falta a ampliação do co-financiamento para os Serviços de Proteção Social Básica.	Legalizar o Repasse de Recursos do Estado para os Municípios destinados a concessão dos Benefícios Eventuais.
		Indefinições dos recursos financeiros para a Política de Assistência Social, por parte 03 esferas de Governo.	Criar Lei que Defina percentual para FMAS, com Base na Arrecadação e Receita Líquida Corrente.
			Estabelecer Recursos Financeiros para a Assistência Social com percentual de 10%, para as três esferas de Governo.
		Assegurar Recursos Financeiros nos Orçamentos, para o Trabalho com vitima de maus tratos.	

			Garantir recursos para construção e equipamentos do CRAS.
			Priorizar a continuidade do Projeto Amor à Vida com Co financiamento do Estado
			Co - financiamento de 5% para a Assistência Social.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento			Redirecionar o Projeto Amor a Vida com Recursos do Co - financiamento PAIF/ CRAS e do Estado.
			Priorização do Aumento Orçamento Destinado a Assistência Social
			Atualizar o PPA (2008 - 2011) para Ações da Assistência Social
			Implantar uma sistemática de acompanhamento, Monitoramento e Fiscalização do Fundo Municipal da Assistência Social.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Presença de trabalhadores da área no Município.	Rotatividade e desqualificação de equipes técnicas dos CRAS para prestação de serviços.	Capacitar os Trabalhadores da Área de Assistência Social
		Inexistência de um Programa Sistemático de Capacitação para os Profissionais de Assistência Social e Conselheiros.	Implantar a NOB/ RH, assegurando a reativação do concurso público e efetivação do PCC's.
		Nº reduzido de pessoal do Quadro de Recursos Humanos.	Garantir a qualificação dos RH e equipe técnica dos CRAS.
			Capacitar Profissionais das Secretarias na Área de Atendimento ao Público e Relações Humanas.
			Programa de Qualificação das Famílias
			Promover Treinamento para os Monitores dos Programas PETI e Pró- Jovem.
			Promover Capacitação Permanente dos Servidores da Assistência Social, visando melhorar a Qualidade do Atendimento aos Usuários.
			Promover Cursos Profissionalizantes para Jovens que possibilite a geração de trabalho e renda.
			Implantar programas de Capacitação Continuada e Permanente para Técnicos, Gestores, Operadores da rede Sócioassistencial, Usuários, Entidades Comunitárias e Conselheiros da Assistência Social.
			Contratar Agentes Sociais para atuarem junto As Comunidades
			Ampliar para 05 o Número de Profissionais da equipe que trabalha nos CRAS.
		Implantar programa de Capacitação Sistemática para Monitores	

			Estabelecer o Piso Salarial dos Profissionais da área da Assistência Social.
			Definir como critérios para contratação de Profissionais, que morem no Município e que tenham qualificação e comprometimento com o trabalho.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos			Aumentar o nº de Profissionais da Área Social, com visitas melhorar a qualidade e Assegurar a continuidade dos Serviços ofertados.
			Implantar a Política de Recursos Humanos
			Viabilizar a Participação dos Trabalhadores na Área de Assistência Social, Segundo Diretrizes Estabelecidas na NOB/ RH, em especializações, Cursos e Eventos Pertinentes à Área de atuação sem reposição de Carga Horária.
			Ampliação da Cobertura do Cadastro Único
			Implantação da Estação Família
			Implantar um Programa amplo de publicização do Sistema Único da Assistência Social e dos Direitos Socioassistenciais.
			Capacitar todos os Conselheiros nas principais Leis orçamentárias (LDO, PPA, LOA) estimulando o Controle Social.
			Contratação de uma Equipe Multi - Profissionais, na Perspectiva de Melhora e Ampliar o Atendimento a População.
			Garantir a Permanência dos Profissionais que atuam nos Projetos Programas, e Serviços Socioassistenciais através da efetivação de Concursos Público e Correção salarial.
			Ampliar número de Profissionais do CRAS e melhoria das instalações do CRAS em condições de trabalho.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social	A presença dos CMAS's nos Municípios.	Fragilidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar.
		Desconhecimento e desmotivação das Associações Comunitárias, em relação à Política de Assistência Social.	Vigilância Social estruturada e consolidada.
		Falta de condições e recursos que possibilite a fiscalização no cadastramento do BPC, por parte dos Municípios.	Instalar e Coordenar o sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação das Ações da Assistência Social, com o acompanhamento do CMAS.
		Inexistência de Fóruns para discutir as Políticas Públicas.	Fortalecimento das Instancia de Controle e vigilância Social
		Falta de planejamento das ações do CMAS, em elaborar e executar Planos Operacionais.	Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social, com elaboração e execução do plano Operacional.
		Necessidade em manter a Secretaria Executiva, com infra-estrutura adequada ao seu pleno funcionamento.	Implantar e Implementar um espaço adequado, com as condições necessárias ao desenvolvimento para o desenvolvimento das ações dos Conselhos (Casa dos Conselhos)
			Criação da Câmara pelos Conselheiros.
			Fazer a previsão orçamentária das necessidades do CNAS com os recursos assegurados no orçamento do Órgão Gestor.
			Acompanhamento da Programação Orçamentária da Assistência Social, e da execução financeira do FMAS.
			Sistematizar as Ações de Acompanhamento ao CMAS, a programação Orçamentária e/ a Execução Financeira do FMAS.
			Mobilização da Comunidade para Participar dos Fóruns, Debates, Conselhos e Conferência.
		Melhora o Programa de Capacitação continuada de Conselheiros e RH da Assistência Social - Casa dos	

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Implementação dos CRAS nos Municípios, com relativo aumento ao longo dos anos de 2006 e 2007 em curso, com conseqüente ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica, co-financiando com o Piso Básico Fixo.	Ampliar Programas, Projetos e Serviços para a zona rural.	Criar Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI
	Um aumento no número de profissionais envolvidos no desenvolvimento da Política de Assistência Social nos Municípios, destacando-se assistentes sociais e psicólogos no âmbito dos CRAS.	Elaborar Projeto de divulgação da LOAS/ PNAS/ SUAS.	Ampliação dos CRAS conforme previsão NOB/ SUAS – Na zona Urbana e Rural
	Ampliação das equipes técnicas em consonância com os CRAS	Implantar a Proteção Social Especial de Média Complexidade através do CREAS.	Implantação de Programa de Atendimento à mulher, visando emancipação feminina.
	Reestruturação dos Órgãos Gestores em muitos Municípios.	Implantar Projetos de inclusão Produtiva.	Gestão Plena da Assistência Social - SUAS
	Algumas experiências relevantes na implementação dos CRAS, em determinados Municípios.	Fortalecer o PETI de modo a cobrir 100% da demanda, reprimida no Município.	Implantar o Sistema de Acesso a Informação sobre a Gestão SUAS
	Implantação e efetivação dos Conselhos Municipais de Políticas e Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiências, Trabalho e Conselho Tutelar).	Ampliar os serviços sócio-educativos de Erradicação do Trabalho Infantil.	Implantação da ouvidoria Municipal
		Criar metodologia para integrar e divulgar os serviços da Rede Socioassistencial.	Ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica aos Idosos do Município.
		Especial de Aumentar a meta da Proteção Social e Média Complexidade, Serviços de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, garantindo a proteção integral.	Erradicar o Trabalho Infantil em todo o Município.
		Realizar diagnósticos nas áreas de vulnerabilidades (territorialização).	Implantação de um Pólo de Atendimento p/ crianças e adolescentes
		Implantar Programas de Atendimento a crianças e Adolescentes Vítimas de Violência em parceria com o Estado e União.	Inclusão das Pessoas com Deficiência nos Programas Sócio-educativos
	Implementar Serviços de Alta Complexidade para a família, criança e idoso em situação de	Criar os Indicadores Sociais para avaliar o Nível alcance dos Programas, Projetos	

	abandono.	e Serviços existentes no Município.
	Firmar Consórcios Intermunicipais para prestar serviços de alta complexidade.	Regulamentação dos Benefícios Eventuais.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Reconhecer a Assistência Social como Política Pública.	Implantar CREAS no Município
		Garantir a inclusão social e a Promoção da Cidadania aos Idosos, Pessoas com deficiências e aos Jovens em situação de Risco.	Elaboração e execução da Política Municipal do idoso
		Articulação com as demais Políticas Públicas de Infra-estrutura (saneamento, moradia, lazer e segurança).	Acolher pelo menos 80% das Famílias com direitos violados com intervenção de Profissionais qualificados e especializados.
		Primar pela territorialização dos CRAS em área de vulnerabilidade social.	Mapeamento anual e acompanhamento das Famílias atendidas nos Programas Projetos e Serviços da Assistência Social.
		Incentivar e Fortalecer as Entidades Sociais como forma de garantir discussões acerca dos Direitos Sociais e Participação Comunitária.	Implantar programa de Acompanhamento as Pessoas com Deficiências
		Falta de co-financiamento para implantar os CRAS nos Municípios.	Construção de Abrigo e do Fundo de Assistência ao Idoso para captação de Recursos Financeiros
		Falta de Projetos de capacitação Produtiva para incluir 30% das famílias dos CRAS.	Efativação da NOB/ SUAS em todos os Distritos
		Construir 01(um) Centro de Convivência para atender os idosos do Município.	Permanecer a Bolsa do PETI independente da Bolsa Família
		Falta de incentivo para desenvolver ações de Enfrentamento a Pobreza e a Fome.	Fortalecer e ampliar o grupo de Convivência de pessoas com deficiência da sede com avaliação sistemática dos serviços.
		Garantir o acesso aos Programas, Projetos e Serviços e Benéficos de qualidade.	Ampliar os Projetos Educativos existentes voltados p/ conscientização sobre violência com acompanhamento e avaliação sistemática
		Implantação da Ouvidoria Municipal	Reduzir os índices de trabalho infantil no Município.
		Organizar Equipe e estruturar o Órgão Gestor da Política de Assistência Social.	Implantar Centro Convivência para o Idoso, com assistência continuada.
		Implantar Programa de qualificação das Famílias.	Criar casa de apoio p/ atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica
			Criar Pólo de Atendimento p/ Criança e Adolescente na sede do Município.
		Manter a Casa dos Conselhos e Conselho	

			Tutelar com infra-estrutura, equipamentos e transporte.
			Implantação da Unidade de Abrigo temporário p/ criança e adolescente em situação de risco

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Aquisição de imóvel funcionamento do Órgão Gestor da Assistência Social; dotando de infra-estrutura e transporte.
			Implantar Sistema de informação dos indicadores dos Programas e Projetos.
			Ampliar metas de atendimento do Serviço de Proteção Social Básica e Especial na sede e zona rural
			Ampliar e Implementar a jornada do PETI p/ redução do trabalho infantil
			Ampliação das metas dos Serviços, Programas e Projetos co - financiamentos com o Governo Federal.
			Pactuar com Estado, operacionalização dos Serviços de alta Complexidade.
			Incluir as famílias do CADIÚNICO no P.B.F.
			Cobertura total dos Serviços de Proteção Social Especial na Micro Região que pertence o Município.
			Implantar ações de Proteção Social Especial de media complexidade através do CREAS
			Fortalecer o PETI de modo a cobrir 100% de sua demanda.
			Implantar o Programa de Vigilância Social
			Garantir a Proteção Social Básica por meio da intersectorialidade das políticas públicas
			Ampliar os Serviços Sócioassistenciais a infância e a juventude através de políticas intersectoriais
			Criar metodologia para integrar e divulgar os serviços da rede
			Trabalhar as competências familiares com integração de Políticas Setoriais.
		Implantou serviços de Alta Complexidade para a família de crianças e idosos em situação de abandono.	

			Garantir inclusão social e promoção da cidadania aos idosos, pessoas com deficiência e jovens em situação de risco temporário.
			Construir Plano de Monitoramento e Avaliação

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Construção Centro de Proteção Social para criança e adolescentes em situação de risco social.
			Monitorar 100% das Famílias destinatárias da assistência social
			Implantar e implementar capacitação para as lideranças comunitárias sobre a Política de Assistência Social
			Incluir as famílias dos CRAS em Projetos de Inclusão Produtiva.
			Criar grupo de convivência de mulheres c/ acompanhamento e avaliação sistemática
			Criar grupo de convivência de gestantes c/ acompanhamento e avaliação sistemática
			Criar grupo de convivência de adolescentes com acompanhamento e avaliação sistemática
			Divulgar de forma sistemática LOAS/ PNAS /SUAS
			Fazer Mapeamento das potencialidades da Rede sócio assistencial e existente no Município.
			Criação pelo Governo do Estado, Núcleos Regionais que viabilize o suporte técnico gerencia para efetivação da Política Municipal de Assistência Social.
			Reduzir a violência domestica em situação de vitimação e exploração de criança adolescente, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência tendo como centralidade a família.
			Potencializar o trabalho com crianças de 07 a 14 anos com recursos do CRAS nas Zona Rural
			Fazer valer o que está previsto no Estatuto do Idoso para acesso deste do B.P.C
			Intensificar a fiscalização dos cadastros do P.B.F para corrigir distorções.
		Implantação de uma Casa de Passagem p/	

		famílias em estado de vulnerabilidade
		Criação de Centro de medidas sócio-educativo para adolescentes em conflito com a Lei
		Criação e Implementação do Centro de Apoio à Mulher.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento	Co-financiamento da União na implantação dos CRAS.	Regulamentar e co-financiar com o Estado os Benefícios Eventuais.	Construção de Abrigo para os idosos sem Família.
		Garantia de Recursos Financeiros para construção de um abrigo para crianças e adolescentes.	Assegurar recursos do FEAS, para o Desenvolvimento da Política.
		Garantir Co-financiamento a construção de uma Casa de Apoio para as Mulheres Vitimizadas.	Firmar Consórcio ou Co - financiamento para implantação do Centro de Referencia Especializado de Assistência Social
		Firmar convênio para a construção de 01(um) Centro de Convivência para o Idoso.	Co - financiamento para construção de um CRAS
		Instituir o FMAS como Unidade Orçamentária.	Co - financiamento do Estado para os Benefícios Eventuais.
		Para locação de Recursos Financeiros, para o desenvolvimento de Programe, Projetos e Serviços da Política de Assistência Social.	Ampliação do Co - financiamento da Proteção Social Básica
			Definir percentual de 5% orçamento para assistência social nas três esferas de Governo
			Definir 8% o repasse do financiamento municipal p/ FMAS
			Garantir Co - financiamento p/ Unidade de Proteção Social Especial / CREAS
			Garantir recursos para operacionalização das Instâncias de Controle Social.
			Instituir o Fundo Municipal da Assistência do Idoso.
			Aumentar a percapita do BPC - LOAS de 1/4 para 1/2 salário mínimo
		Garantir de recursos financeiros destinados pelo Governo do Estado no Fundo Municipal da Assistência Social	

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Maior presença de trabalhadores da área nos Municípios.	Ampliar as Equipes Técnicas dos CRAS.	Capacitação permanente e sistemática dos trabalhadores da Área da Assistência Social e Conselheiro.
		Instituir Programa de Capacitação sistemática das Equipes Técnicas, Conselheiros e Gestores.	Ampliação dos recursos humanos de acordo com demanda do Município.
			Implantar uma Política de Recursos Humanos, criando o PCC's.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social		Criar Jornal Informativo para empoderamento dos Conselheiros acerca de suas competências.	Garantir o fortalecimento dos Conselhos Municipais, dotado de infra-estrutura, com equipamentos e transporte.
		Apoiar e fortalecer a criação do Fórum Municipal de Assistência Social.	Criação do Fórum Municipal de Assistência como espaço de discussão e fortalecimento da Política municipal de Assistência Social.
			Criar novas instâncias de controle social: Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Conselho da Mulher e da Pessoa com Deficiência.
		Implantação de um Sistema de Monitoramento da situação de vulnerabilidade das Famílias	Fiscalização dos serviços assistenciais através do Conselho Municipal de Assistência Social
		Dotar o Conselho Municipal de Assistência com: infra-estrutura, Equipamentos, recursos financeiros e transporte para a realização de	Intensificar a fiscalização dos cadastros do PBF para corrigir distorções

um efetivo controle social.

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Implementação dos CRAS nos Municípios, com relativo aumento ao longo dos anos de 2006 e 2007 em curso, com conseqüente ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica, co-financiando com o Piso Básico Fixo.	Implantar Programas de Apoio as ONG'S, que desenvolvem atividades ou Projetos Sociais.	Trabalhar estratégia de divulgação das Ações Sócioassistenciais no Município.
	Um aumento no número de profissionais envolvidos no desenvolvimento da Política de Assistência Social nos Municípios, destacando-se assistentes sociais e psicólogos no âmbito dos CRAS.	Ampliar o espaço físico destinado aos Conselhos Setoriais.	Implantar um Sistema de Vigilância Social.
	Ampliação das equipes técnicas em consonância com os CRAS	Garantir as condições necessárias para a participação dos Conselheiros nos eventos relacionados com a Assistência Social	Garantir infra-estrutura necessária estabelecida na NOB/ SUAS, nas unidades de atendimento aos usuários
	Reestruturação dos Órgãos Gestores em muitos Municípios.	Criação de Núcleos para assistir todas as pessoas com atendimento multiprofissional no próprio Município.	Ampliação dos Programas de Atendimento à criança e ao Adolescente (nos principais Distritos).
	Algumas experiências relevantes na implementação dos CRAS, em determinados Municípios.	Ampliar os recursos e as metas existentes para os Programas, tendo como referência a demanda existente.	Expandir os programas e Projetos de Proteção Social ao Idoso.
	Implantação e efetivação dos Conselhos Municipais de Políticas e Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiências, Trabalho e Conselho Tutelar).	Ampliar a Programação de atendimento as Famílias referenciadas pelo CRAS.	Ampliar as Ações Sócio-educativos para os Jovens de 14 a 24 anos.
	Divulgar através de Rádios e Jornais do papel dos Conselhos e Conselheiros para no exercício do Controle Social.	Regulamentação dos Benefícios Eventuais com o co-financiamento do Estado	Ampliar o número e assegurar o funcionamento dos CRAS de acordo com a demanda e as metas previstas NOB/ SUAS.
	Fortalecer as parcerias com os diversos segmentos da sociedade bem como, com a Imprensa escrita e falada.	Garantir condições adequadas de trabalho, espaço físico, material de consumo e permanente das Unidades de Prestação de Serviços.	Implantação de uma unidade para atendimento de Crianças e Adolescentes com Deficiência
	Adotar ações que tornem de domínio público a Política de Assistência Social no Município.	Implantar Unidades de Atendimento às Crianças Especiais e Idosos.	Implantar Abrigos de forma municipalizada em parceria com o Estado para acolhimento de Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos,

			com direitos violados.
	Estruturar a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social	Ampliar atendimento à Mulher no Município.	Implantar um Pólo de Atendimento para Criança e Adolescente.
	Implantação e Ampliação dos CRAS nas áreas de maior vulnerabilidade	Erradicar o Trabalho Infantil em todo o Município.	Melhorar articulação entre os Órgãos Públicos e Conselhos nas três esferas de governo

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Implantar Programas e projetos de Assistência Social - Proteção Social Integral às famílias em situação de vulnerabilidade social	Falta o/ a intersectorialidade das Políticas Públicas, promovendo Fóruns e Oficinas específicas para fins de integração setorial e facilitar o acesso dos usuários as demais Políticas.	Utilizar espaços e equipamentos das escolas e Entidades para criação e realização de atividades como: círculo de culturais, rodas de conversas com os membros das famílias dos alunos em parceria com CREAS, CRAS e Conselho Tutelar.
	Desenvolvimento de Ações sócio-educativas com as famílias vulnerabilizadas em parcerias com a Secretaria de Saúde	Implantar Abrigos e Casa de Passagem para as Mulheres e Famílias Vítimas de Violência.	Fortalecer ações intersectoriais de Controle a desnutrição
	Realizar Diagnóstico e mapear as potencialidades das famílias e comunidades em situação de risco e vulnerabilidades sociais (Diagnóstico Social das áreas de vulnerabilidades do Município).	Estruturar e fortalecer o funcionamento dos CRAS.	Facilitar o acesso às demais políticas públicas por meio da intersectorialidade
	Ampliar metas de Atendimento ao Idoso	Atender os jovens de 14 a 24 anos com ações: Cursos Profissionalizantes, Palestras Educativas, Atividades lúdicas, programas e projetos.	Fortalecer e Ampliar o PAIF com a descentralização das ações de assistência social, no atendimento nas zonas urbana e rural as famílias em situação de vulnerabilidade social.
	Revitalização dos espaços já existentes no Município para o desenvolvimento da Política de Assistência Social.	Falta implementar atividades de inclusão produtiva das Famílias em parcerias com outras Secretarias, através da implantação de Fábricas e/ou outros arranjos produtivos com Empreendedorismo solidárias.	Construir e manter Centro de Convivência do Idoso.
	Apoio Logístico e financeiro para o Conselho Tutelar desenvolver suas funções nas zonas urbana e rural.	Falta garantia de oportunidade de qualificação e valorização da mão de obra voltada para a geração de emprego e renda de acordo com a demanda e potencialidades dos locais.	Elaboração de um Plano de Monitoramento de Erradicação do trabalho Infantil.
	Criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	Oferecer Proteção Social Especial às Pessoas com Deficiência.	Ampliar o atendimento as Crianças e Adolescentes vitimizadas pelo Abuso e Exploração Sexual.
	Criação do Conselho Municipal da Mulher	Atender Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade	Ampliar Ações sócio-educativa para jovens de 14 a 24 anos.

Realização das Campanhas contra a Violência Doméstica	Implantar um Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação do SUAS.	Ampliar a cobertura do CRAS garantindo a população do território a Proteção Social com atendimento de qualidade.
Habilitação do Município em gestão Básica e a reestruturação da Secretaria da Assistência Social.	Ampliar o atendimento as pessoas com deficiência tendo como referência a demanda existente por categoria.	Atender as famílias em situação de vulnerabilidade com Benefícios Eventuais.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Fortalecimento da Intersetorialidade as Secretarias Setoriais.	Falta de elaboração de 01 (um) Plano Operativo e atender os beneficiários do BPC com serviços socioassistenciais de apoio e orientação	Criação da Lei Municipal que regulamenta os Benefícios Eventuais
		Atendimento psicossocial nos CRAS.	Criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI
		Implantação e manter Núcleos de Assistência Social nos Distritos.	Consolidar a Rede SUAS e seu acesso, para os usuários.
		Implantação e implementar sistema sistematização de informações, indicadores e índice de situações de riscos pessoais, sociais das famílias com apoio e incentivo do Programa Nacional de Inclusão Digital.	Ampliar espaço de Defesa Social e Cidadania, criando ouvidorias Públicas.
		Combater as violências domésticas, sexuais e exploração de Crianças, Adolescentes, Jovens. Mulheres, Idosos e Deficientes por meios de Ações Socio-educativas.	Consolidar e fortalecer de modo a cobrir demanda, o Bolsa Família, Pró-Jovem, CRAS, PETI, ASEF.
		Fazer o levantamento das pessoas com deficiência no Município e adequar os espaços de atendimento no Município.	Construção e Implementação do CREAS no Município garantido Proteção Social Especial
		Fortalecimento o Centro de Apoio Integral da Mulher.	Implantar um Sistema de Informação, Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação, objetivando a qualidade e a melhoria continua dos Programas, Projetos e Serviços da Assistência Social.
		Elaboração de Projetos de Criação, Capacitação de Agentes Sociais para o atendimento às Famílias em situação de vulnerabilidade.	Criar o Conselho Municipal da Mulher
		Ampliação dos espaços de Convivência nas zonas rural e urbana com o intercâmbio intergeracionais, visitação e intensificação e diversificação das atividades.	Construção e implementação dos CRAS com instalações físicas adequadas.
		Implantação das Ações de Proteção Social a Crianças e Adolescentes.	Desenvolver ações que garantam a aplicação dos Direitos do Idoso.

	Implantação de medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.	Realizar oficinas continuadas nas Comunidades tendo com temas: Critérios de concessão de benefícios da Assistência Social.
	Ampliação dos Programas Estaduais e Federais no Município	Reestruturar o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Implantação de um Balcão Informação e Divulgação dos Serviços.	Criação de um espaço semelhante a Casa do cidadão para possibilitar o acesso da população a documentação.
		Descentralização das Ações de Assistência Social	Desenvolver ações, programas e projetos que garantam a aplicação dos Direitos da Pessoa com eficiência.
		Assegurar a Implantação dos Serviços de Alta Complexidade no atendimento aos usuários carentes vítimas de maus tratos.	Apoiar e acompanhar os núcleos de educação especial para o atendimento em segundo turno com espaço físico e equipamentos de informática adequados (em Braille) por uma equipe multi-profissionais.
		Mapeamento das Ações de Assistência Social no Município.	Elaborar cartilha ilustrada periódica das ações realizadas pela Secretaria de Assistência Social.
		Validação da Carteira do Idoso	Incentivar a criação nas escolas das Comissões de Prevenção e notificação de maus tratos das Crianças e dos Adolescentes com parcerias com as demais Secretarias.
		Divulgação do Estatuto do Idoso	Promover Seminários, Encontros sobre a Política da Assistência social, com Entidades, e Associações Comunitárias.
		Reduzir a violência intrafamiliar nos territórios dos CRAS.	Construção do Centro de Apoio à Mulher Vítimas de Violência.
		Criação de um Banco de Dados	Implantar uma Rede de Atendimento a Criança e Adolescente vitimizadas com acolhida e acompanhamento.
		Implantação do CREAS	Implantar uma rede de atendimento ao idoso vitimizado com acolhida e acompanhamento.
		Identificação por meio de cadastro a população residente nos territórios dos CRAS, por causa da migração.	Implantar um Centro da Juventude.
	Falta identificação e qualificação as demandas para Proteção Especial da população residente	Envolver parceiros para fortalecer a rede sócioassistencial.	

	nos territórios dos CRAS.	
	Combater a ociosidade dos adolescentes e jovens nos territórios dos CRAS	Implantar Programas para atender e acompanhar as Famílias beneficiárias da Assistência Social.
	Combater a utilização pela Família dos recursos do BPC recebido pelo Idoso.	Acompanhar e divulgar Medidas Sócio-educativas previsto no ECA.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Incluir no Programa Bolsa Família às famílias que atende os critérios elegibilidade do Programa. (União)	Implantar e Ampliar os Programas Estaduais e Federais no Município.
		Desenvolver em parcerias com outras Secretarias, Empreendimentos Solidários promovendo a melhoria de renda das Famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família.	Apoiar com recursos financeiros, material e humano o funcionamento dos Conselhos Setoriais, dos Direitos e Conselho Tutelar.
		Realização de Pesquisa Sócio-econômica no Município.	Fortalecer e ampliar a descentralização das Ações da Assistência Social.
		Implantar Núcleo de Assistência Social às Famílias de presidiários.	Erradicar o Trabalho Infantil
		Incluir como beneficiários do BPC pessoas com HIV/ AIDS, Câncer, Alzheimer, doentes renais crônicos.(União)	Divulgar nos meios de comunicação local as ações e Programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social.
		Diminuir o índice de pobreza e melhorar o IDH	Elaborar um Plano de Ação e atender os beneficiários do BPC com serviços socioassistenciais de apoio e orientação.
		Habilita-se a gestão Plena da Assistência Social.	Excluir todas as Famílias do Programa Bolsa família que estão fora do perfil, para gerar novas vagas.
		Assegurar ações centralizadoras nas Famílias.	Garantir as Informações do SISVAN e da Frequência Escolar das Famílias Beneficiadas com o Bolsa Família (100% das Famílias).
		Implantar um Plano de Monitoramento e Avaliação das Ações Socio-educativas	Incluir como beneficiários do BPC pessoas com HIV/ AIDS câncer, Alzheimer, Crônico Renal.
		Manter atualizada a Rede de Sistema SUAS.	Realizar diagnóstico das áreas vulneráveis do Município
		Assegurar a inclusão e Equidade no atendimento dos Usuários das zonas rural e urbana.	Ampliar a meta física do CREAS.
	Assistir às Famílias inscritas no CADÚNICO.		

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento	Acompanhar e fiscalizar a gestão Orçamentária do SUAS	Estabelecer a Regulamentação dos Benefícios Eventuais.	Garantir e definir um percentual no orçamento do Município para alocar o Fundo Municipal de Assistência Social com vista a operacionalização da Política.
		Falta de financiamento do Gestor para o funcionamento dos Conselhos.	Criar legislação sobre o co-financiamento dos Benefícios Eventuais com Estado.
		Efetivar os direitos assegurados por lei com incentivo financeiro para a execução de Programas de Inclusão do Idoso	Co-financiar Ações regionalizadas e ou consórcios públicos intermunicipais, nas Ações de Assistência Sociais.
		Garantir na Lei Orgânica Municipal 10% do orçamento do Município para a Política da Assistência Social	Efetivar os direitos assegurados por Lei com incentivo financeiro aos programas de inclusão do Idoso, das pessoas com Deficiência.
		Criação de um imposto temporário para grandes e médias empresas com arrecadação de 10% para implantação e o operacionalização do SUAS.	Criar o Fundo Municipal de Assistência ao Idoso.
		Mudança de critérios e renda percapita de 1/4 do salário mínimo para 30% do salário na concessão do BPC.	Contar com uma equipe multiprofissional do CREAS co-financiada pelas três Esferas do Governo.
			Equipe multiprofissional do Centro de Apoio da Mulher co-financiada pelas três Esferas do governo.
			Compra de um transporte (topic) para atender aos Programas da Secretaria de Assistência Social.
			Aquisição de veículos para uso nos CRAS e CREAS.
			Co-financiar com o Estado para fortalecer os Programas e Projetos Sociais no Âmbito Municipal.

			Reajustar os pisos de Proteção Social de acordo com PIB e percentual de arrecadação da Seguridade Social nas três esferas de Governo.
			Mudança do valor da per capita do BPC para ½ salário mínimo.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento			Estabelecer parcerias com empresas privadas para dedução do imposto de Renda, com objetivo de operacionalizar as ações da Assistência Social e o SUAS.

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Contração de Profissionais de Serviço Social e Psicologia para compor as Equipes de trabalho dos CRAS	Garantia de ampliar o Quadro de profissionais de Serviço Social e áreas afins, objetivando a melhoria do atendimento ao usuário da Política de Assistência Social.	Elaborar e Implantar o SUAS/ RH no Município.
		Implantação e implementar a Política de Capacitação Continuada ampla, gratuita e de qualidade para os profissionais da Assistência Social, gestores, conselheiros e usuários no sentido de melhorar o atendimento ao público.	Implantar uma Política de Capacitação dos Profissionais da assistência para melhorar a qualidade do atendimento e humanizar a Serviço Público.
		Capacitação os integrantes da Rede Socioassistencial.	Ampliar o número de profissionais (psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais), garantindo isonomia salarial conforme a NOB/ RH.
		Criação do Plano de cargo, Carreira e Salários.	Viabilizar a elaboração de Projetos de Agentes Sociais para atendimento as Famílias em situação de risco na zona Urbana e Rural.
		Garantia de 01(um).Quadro efetivo de Profissionais da Assistência Social, para o desenvolvimento da Política do Município.	
		Contratação de profissionais economistas	

		domésticos e nutricionistas buscando qualidade de serviços oferecidos.	
--	--	--	--

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social	CMAS como instância de controle do Programa Bolsa Família	Falta de apoio e fortalecimento da organização de Fóruns de Assistência Social.	Programa Sistemático de informação nos meios de comunicação sobre a Política de Assistência Social.
	Construção de um espaço com infra-estrutura para o funcionamento dos Conselhos setoriais.	Fortalecer e financiar o funcionamento e atuação dos Conselhos	Capacitar líderes comunitários em relação às Políticas Públicas Sociais.
		Acompanhar e fiscalizar as ações do SUAS para assegurar resultados de forma prática e eficiente.	Sistematizar o acompanhamento aos programas e execução orçamentária e financeira.
		Implantação do Sistema de Vigilância Social.	Fiscalizar a operacionalização do Fundo de Assistência Social devidamente garantido dentro do Orçamento e do Plano Municipal de Assistência Social.
		Estabelecer de uma Política o fortalecimento, apoio e assessoramento as Entidades e Associações para que como parceiras possam contribuir na consolidação do SUAS.	Criar e fortalecer outras formas de participação da Sociedade Civil, com ações concretas que estimula a participação popular na formulação e acompanhamento das políticas Públicas.
		Criação do Conselho das Pessoas com Deficiência.	Criar Conselhos Distritais de Assistência Social.
			Realização de encontros com os Órgãos de Controle Social e Defesa dos Direitos do Município.
		Identificar todas as Entidades que executam Serviços Socioassistenciais no Município, por falta de um acompanhamento sistemático.	Instalar um espaço físico para o funcionamento dos Órgãos de Controle Social e de Defesa dos Direitos do Município.
			Fortalecimento do CMAS e demais Conselhos vinculados ao Órgão Gestor da PNAS
			Melhorar o acompanhamento as Entidades Sociais no sentido de avaliar e identificar as necessidades demandadas.
			Implantação de Fóruns Municipais como instrumento de fortalecimento das Políticas Públicas.

			Divulgar o Estatuto do Idoso, em todo o Município.
			Divulgar amplamente os critérios de seleção pública para a aprovação de Projetos Sociais.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social			Intensificar a divulgação dos serviços, as famílias e formas de participação do CMAS através dos meios de comunicação e os técnicos do CRAS e CREAS em todo Município.
			Formar uma Associação de Pais e Amigos Portadores de Necessidades Especiais.
			Criar o Conselho das Pessoas com Necessidades Especiais.

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Implementação dos CRAS nos Municípios, com relativo aumento ao longo dos anos de 2006 e 2007 em curso, com conseqüente ampliação dos Serviços de Proteção Social Básica, co-financiando com o Piso Básico Fixo.	Falta de ampliação dos Programas Sociais existentes com atividades socio-educativas, culturais e esportivas, que contemplem a demanda reprimida.	Descentralizar a eleição do Conselho Tutelar, também para os Distritos e localidades.
	Um aumento no número de profissionais envolvidos no desenvolvimento da Política de Assistência Social nos Municípios, destacando-se assistentes sociais e psicólogos no âmbito dos CRAS.	Estabelecer a ampliar o Programa de Ações Integradas à família com a implantação de três CRAS, por falta co-financiamento.	Ampliar os equipamentos sociais de atendimento a Criança e Adolescente
	Ampliação das equipes técnicas em consonância com os CRAS	Ampliação da meta de atendimento para adolescentes/ famílias com direitos violados pelo CREAS.	Ampliar a meta de atendimento dos serviços no CREAS.
	Reestruturação dos Órgãos Gestores em muitos Municípios.	Ampliação da meta de Crianças e Adolescentes atendidos pelo PETI.	Ampliar a meta do PETI nas zonas Rural e Urbana.
	Algumas experiências relevantes na implementação dos CRAS, em determinados Municípios.	Implementação de ações sócio-educativas nos grupos de Convivência por falta de pessoal especializado.	Expandir a implantação de CRAS nos Distritos e localidades, para atender zona rural.
	Implantação e efetivação dos Conselhos Municipais de Políticas e Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiências, Trabalho e Conselho Tutelar).	Construção de Albergues para acolher moradores de rua.	Ampliar a meta de programa Pró-Jovem no Município.
	Atendimento a crianças e adolescentes com os Direitos violados no CREAS	Implantação de um Centro de Convivência para Idoso.	Construir e implantar um Albergue para Idosos que moram na rua.
	Atendimento a adolescentes visando o Protagonismo Juvenil	Ampliação da Casa de Acolhimento	Criar uma estrutura física de acessibilidade dos Centros de Convivência para os Idosos,
	Implantação de um Plano de Ação para monitoramento dos beneficiários do BPC	Firmar parceria com o Programa Saúde da Família - PSF, Associações Comunitárias para formação de Grupos de idosos.	Garantir o acesso de famílias vulnerabilizadas as demais Políticas Públicas do Município.
	Implantação das ações socioassistenciais voltadas para inclusão social das diversas etnias	Implantação de Projetos de Medidas Sócio-Educativas em meio aberto, liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à Comunidade (PSC).	Universalizar os programas de transferência de renda para as Famílias em situação de vulnerabilidade.

	Informação sistematizada das Ações, Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais aos usuários e a instância de Controle Social.	Dar condições de funcionamento do Conselho Tutelar, para exercício de suas funções.	Atenção ao Idoso: ampliar e fortalecer o trabalho de atendimento e acompanhamento aos idosos, implantando uma Política Municipal de defesa do Idoso.
--	--	---	--

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Formação da Rede Socioassistencial	Implantar serviço de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente	Atenção a Mulher: Implantação de serviços de atendimento psico-social às mulheres em situação de risco, através de um trabalho intersetorial.
	Criação do Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente	Criação de casa de Acolhimento para as Mulheres Vítimas de Violência	Acolhida: Criação de Casa de Apoio e Abrigo para pessoas em situação de risco de alta complexidade.
	Criação da Ouvidoria da Secretaria da Assistência Social	Implantar os Centro de Referência de Assistência Social de acordo com o número previsto na NOB/ SUAS.	Trabalhar através das ações sócioassistenciais às Famílias, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários no território da abrangência do CRAS.
		Implantação de Pólos de Atendimento a Criança e ao Adolescente.	Inclusão Social das pessoas com deficiências: implantar Políticas Públicas de atendimento e promoção as pessoas com atividades esportivas, culturais e lazer.
		Assegurar Ações Sócio-educativas na proteção Social Básica voltada para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Assegurar na Proteção Social Básica Ações Sócio-educativas para as famílias vulneráveis voltadas para a prevenção da Violência e Exploração Sexual.
		Promoção do efetivo exercício da intersectorialidade com as demais Políticas Públicas.	Construir um Albergue para moradores de rua.
		Mapeamento das Áreas de vulnerabilidades e riscos do Município, identificando os problemas.	Regulamentar os Benefícios Eventuais.
			Implantar Centros de Convivência (Referência/ dia) para Idosos de acordo com a demanda dos Municípios.
			Implantar Programas sistemático de ampla divulgação da PNAS/ SUAS a população, informando sobre os programas, projetos benefícios e serviços.
			Incluiu 100% das famílias vulnerabilizadas do CADÚNICO no Programa Bolsa Família.
		Efetivar a NOB/ RH.	

			Implantar Projetos de Medidas Sócio-educativas em maio aberto liberdade assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.
--	--	--	--

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Prestar conta sistematicamente sobre a aplicação dos recursos da Assistência Social.
			Trabalhar através de Ações socioassistenciais a Inclusão Social de diversas etnias.
			Implementar as Políticas Públicas, voltadas para os PPD's, promovendo ações de inclusão produtiva.
			Elaborar um Plano de Monitoramento em parceria com o INSS para os beneficiários do BPC.
			Ampliar a equipe, espaço físico, serviços e aquisição de equipamentos dos Pólos.
			Implantar a Política Municipal do Idoso e do Deficiente.
			Implantar uma Casa de Passagem para Pessoas com Deficiência.
			Articular o Programa Pró-Jovem, com serviços e programas das PMAS e demais Políticas Públicas.
			Atualizar o Diagnóstico sócio econômico do Município.
			Criar Conselhos Tutelares de acordo com a demanda do Município.
			Implantar Fórum da Juventude e assistência Social.

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento		Captação de Recursos para trabalhar o segmento Idoso.	Assegurar percentual definido, para subsidiar as ações da Assistência Social.
		Ampliação do acesso ao Benefício de Prestação Continuada, aumentando a renda percapita da família de um 1/4 para 1/2 do Salário Mínimo.	Criar um Fundo Municipal de Captação de Recursos para a 3ª Idade.
			Garantir recursos financeiros para os pólos de atendimento.
			Garantir 5% da Receita Tributária arrecada do Município para a Assistência Social, para investimento n Política Municipal de AssisTência Social

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Contratação de Profissionais de Serviço Social e psicologia para Pessoal para trabalhar no Município.	Implantação de um Plano de Cargos, Carreiras PCC's	Capacitar os trabalhadores da assistência Social em Libras.
		Investir em capacitação de pessoal para desenvolvimento de excelência no trabalho.	Capacitação Continuada dos Conselheiros e Servidores da Política de Assistência Social, para garantir a excelência e eficácia dos programas/ projetos/ serviços.
			Realizar concurso público e criação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC's) dos Trabalhadores (as) da Assistência Social.
			Capacitação continuada das Entidades da Rede Sócioassistencial
			Implantar Banco de Dados de profissionais (cadastro de trabalhador qualificado)
			Aumentar o número de profissionais da equipe

			multidisciplinar.
--	--	--	-------------------

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social	Prestar Contas Sistemáticamente da aplicação dos recursos da Assistência Social, encaminhando ao CMAS.	Falta de um Programa sistemático de ampla divulgação da PNAS/ SUAS para a população.	Criar Fóruns de discussões da política de Assistência Social.
			Dotar as Instâncias de Controle Social com Infra-estrutura, equipamentos e transporte para a fiscalização dos recursos públicos gastos no desenvolvimento da política de Assistência Social.
			Realizar encontros, seminários de integração com as demais Políticas Públicas.
			Fortalecer as Entidades para terem acesso aos Projetos de Subvenção Social.

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	Criação da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.	Revitalizar o Centro de referência do Idoso. (até 2008).	Ampliar a meta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
	Realização de uma pesquisa da rede Sócioassistencial do Município de Fortaleza. (até 2008).	Estruturar 100% dos equipamentos da Assistência Social, conforme a PNAS (até 2010).	Ampliar a meta do Programa Pró-Jovem.
	Realizar mapeamento das necessidades de Proteção Social de alta complexidade no Município (até 2008).	Elaborar material informativo e educativo para a população esclarecendo sobre seus direitos, com tiragem semestral (até 2008).	Ampliar a meta do número de Famílias Atendidas no CREAS.
	Garantir a ampliação da equipe do PAIF de acordo com a demanda (até 2008).	Implantar 03 (três) CREAS (Centro de referência Especializada de Assistência Social) até 2008.	Atender 100% das famílias vulnerabilidades cadastradas no Cadastro Único com o Programa Bolsa Família – PBF.
	Criar três (03) Casas Lares para Idosos em três Regionais (até 2015).	Implantar uma Casa de Passagem com capacidade de atendimento para 30 (trinta) pessoas (até 2010).	Revitalizar os 18 CRAS com estrutura física e administrativa e implantar 04 novos CRAS previstos no Orçamento Participativo (até 2008).
	Implantar um Albergue para adultos (até 2010).	Discutir com outros Municípios uma proposta de realização de consórcio intermunicipais com objetivo de implantar Políticas Públicas (até 2008);	Realizar um Trabalho Intersetorial entre as políticas Públicas, para garantir a Efetivação da Assistência Social.
	Criar três CREAS em três Regionais de Fortaleza (até 2010).	Regulamentar os Benefícios Eventuais no Município de Fortaleza (até 2008).	Articular a modificação do artigo 20 da LOAS (parágrafos 2º e 3º).
	Instituir Núcleos de defesa de Direitos em 100% das Unidades de Assistência Social (até 2010)	Garantir Serviços de Proteção de Média e Alta complexidade (até 2010).	Desburocratizar o acesso aos Programas e Serviços Assistenciais.
	Criar um Centro Dia para Idosos no Município de Fortaleza (até 2015).	Fortalecer uma Política Pública com ênfase na questão de gênero e etnias (até 2010).	Dar continuidade aos Programas de Governo (que eles sejam vistos enquanto Política de Estado).
	Articular as Políticas Públicas na perspectiva de redução da pobreza no Município de Fortaleza (até 2015).		Cumprir as deliberações da meta 18 do eixo de Gestão da V Conferência Nacional de Assistência Social relativa a revisão das regras de acesso ao BPC.
Criar mais 08 CRAS, totalizando 30 CRAS no Município de Fortaleza (até 2015).		Cumprir integralmente as deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social (até 2015).	

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento	Manutenção de dez (10) CRAS.	Garantia de 05% do Orçamento Geral do Município para a Assistência Social.(até 2010).	Garantir Recursos para adequação de infraestrutura e manutenção dos 18 CRAS. (nova meta).
	Alocar no Fundo Municipal todos os recursos para Programas, Projetos e Serviços de Assistência Social (até 2008).	Garantir dotações orçamentárias para todas as demandas legítimas advindas dos outros eixos (até 2010).	Garantir 03% do Orçamento Geral do Município para Assistência Social (até 2008).
		Articular com a Câmara Municipal e Rede Socioassistencial, a fim de garantir 05% do orçamento Geral do Município para implementação da Política de Assistência Social (até 2008).	Garantir 08% do Orçamento Geral do Município para a Assistência Social (até 2015).

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Garantir no Centro de Referência ao Idoso, recursos humanos especializados para execução do trabalho (até 2008).	Garantir a estrutura nos CRAS com a composição mínima de 02 Assistentes Sociais, 02 Psicólogos e 01 Trabalhador Social de nível superior, 01 Coordenador dos Profissionais da Assistência Social sendo este um servidor e 02 apoios administrativo.	Realizar Concurso Público de acordo com os princípios da NOB-RH/ SUAS. (até 2008).
	Realizar um levantamento da defasagem do quadro de profissionais (até 2008).	Implantar e divulgar uma Política de valorização dos recursos Humanos, (até 2008).	Criar e implementar Plano de cargos e Carreiras e Salários da Assistência Social. (até 2008).
		Suprir a carência de Recursos Humanos da Assistência Social (até 2008).	Implantar uma Política de Valorização das Entidades de Assistência Social conveniadas ou não (até 2010).
			Capacitar na Sistemática Anual os Recursos Humanos em Parceria com as universidades conforme a NOB-RH/ SUAS (até 2010).
			Efetivar a NOB-RH/ SUAS (até 2008).
			Criar uma Mesa Permanente de negociação com Gestores, Servidores e Entidades representativas dos profissionais. (até 2008).
			Garantir Condições dignas de trabalho (estrutura física, material de expediente) conforme Resolução nº 279/2003 do CFESS/ NOB-RH/ SUAS e outros (até 2008).
			Implantar gratificação de efetivo exercício na Política de Assistência Social: - Condições especiais de trabalho- 100%; Especial de desempenho; - Secretarias – 40%; Unidades Sociais – 50%; Risco de Vida – 40%. (até 2008).

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Controle Social	Fiscalizar, acompanhar e propor ações para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, fortalecendo o trabalho com as Famílias, os Movimentos Sociais e Rede Sócioassistencial (até 2008).	Criação dos Conselhos Locais de Assistência Social, junto aos dezoitos (18) CRAS (até 2008).	Articular a instalação do fórum de Conselhos Municipais de Políticas Públicas sob a Coordenação do CMAS (até 2015).
		Criação dos Conselhos Locais de Assistência Social (CLAS) em todas as Unidades de Assistência Social (até 2010).	Potencializar o papel dos CRAS na mobilização da Comunidade, para a participação nas instâncias de Controle Social da Assistência Social (até 2008).
		Revitalização de 100% dos Conselhos Locais de Assistência Social – CLAS, existentes (até 2008).	
		Criação Seis (06) Conselhos Regionais de Assistência Social (até 2010).	
		Revitalização e fortalecer o Fórum Municipal de Assistência Social – FORMAS (até 2008).	
		Complementação do Programa de Fortalecimento do Controle Social – executado pelo CMAS em conjunto com os CLAS (até 2008).	

6. Dificuldades encontradas para garantir os Direitos Socioassistenciais aos Usuários da Política de Assistência Social

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

Nº	DIFICULDADE
01	- Repasse de recursos financeiros insuficientes ao atendimento da demanda.
02	- Falta de espaços físicos para o desenvolvimento do trabalho com o público usuário da política.
03	- Metas Insuficientes disponibilizadas pelo MDS para atender todo o Município.
04	- Escassez de Recursos Financeiros e Humanos, Além das dificuldades burocráticas.
05	- Falta de Capacitação dos profissionais e Conselheiros.
06	- Difícil Acesso para determinadas Localidades dentro do Município.
07	- Falta de divulgação e Informações aos Usuários dos serviços existentes.
08	- Ampliação de metas para os municípios nos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios no âmbito da Política da Assistência Social pela União.
09	- Ampliação do Atendimento Sócio - Assistencial p/ a Zona Rural.
10	- Falta de acessibilidade para deficientes aos programas sociais
11	- Falta de Transporte para deslocamento dos técnicos.
12	- Ausência de Recursos Humanos qualificados e capacitados para o exercício de suas funções.
13	- A descontinuidade dos Programas e Projetos no Município tornando Inviável a sustentabilidade das ações socioassistencial.
14	- Dificuldade na Promoção da Intersectorialidade
15	- Ausência de uma ouvidoria Municipal.
16	- Ausência do Governo Estadual na Assistência Técnica e Co - financiamento
17	- Ausência do Co - financiamento para os Benefícios e Eventuais, Previstos na LOAS.
18	- Falta de assessoria contábil para as Associações Comunitárias
19	- Escassez de Recursos Humanos especializado na Área
20	- Financiamento; Capacitação de Recursos Humanos; Recursos Humanos; Material; Infra - Estrutura e Transporte para as Secretarias Municipais de Assistência Social.
21	- Falta de Co - Financiamento para projeto de atendimento ao Idoso.
22	- Falta de Co - Financiamento para Projeto de atender ao Deficiente.
23	- Escassez de Recursos para manter com qualidade os Programas, Projetos Serviços e Benefícios.
24	- Falta de Co - Financiamento do Estado e União para o Funcionamento do CRAS
25	- Falta de Núcleo regional de Apoio aos Municípios na Região para a efetivação Política de Assistência Social
26	- Maior Divulgação dos Direitos Socioassistenciais.
27	- Romper com o Assistencialismo, a Tutela, o Favor.
28	- Gerar Empregos, com Produtividade.
29	- levar os Programas, Projetos e Serviços da Assistência Social a População Rural.
30	- Precariedade nas Relações Intersectoriais das Políticas
31	- Recursos escassos e falta de acesso aos Recursos Co – financiados.
32	- Desempenhos Insatisfatórios dos Conselhos, impossibilitando o Controle Social.
33	- Falta de Investimento na economia local
34	- Ausência do Fortalecimento Capital Social do Município
35	- Deficiência de Infra - Estrutura do Ambiente de Trabalho na Zona Rural
36	- A questão Geográfica: A Densidade Populacional e a Distância entre Sede e Zona Rural, onde 70% da Nossa População encontra - se na Zona Rural.
37	- Insuficiência de Programas Sociais com o Foco Direcionado ao Usuário da Zona Rural.
38	- Melhorar o Atendimento no Setor da Bolsa Famílias no que se refere as Informações e atendimento, esclarecimentos aos usuários
39	- Alta Demanda para Atendimento em virtude da carência de Recursos Humanos capacitados para atender as famílias.
40	- Equipamento Improvisados Inadequado para os Programas Sociais
41	- Limitação de recursos financeiros e falta de definições e percentuais para cada esfera federativa (Município, Estado e União).
42	- Falta de continuidade das ações, junto aos usuários da assistência social, por falta de recursos financeiros e do quadro permanente dos profissionais dos Municípios.
43	- Falta de um percentual Orçamentário destinado a Política de Assistência Social.

Nº	DIFICULDADE
44	- Regulamentação dos Benefícios Eventuais.
45	- Trabalhos as Competências da Família.
46	- Maior Fiscalização dos Programas Sociais (Bolsa Famílias).
47	- Desconhecimento por parte dos Gestores da Política da Assistência Social.
48	- Inexistência de 01 (um) Banco de Dados.
49	- Apatia Por parte do Próprio Cidadão.
50	- Falta de Sensibilização dos Servidores das Diversas Instâncias facilitadoras dos direitos que não esclarecer o Cidadão.
51	- Falta do Co - Financiamento do Estado com o Município
52	- falta de Incentivo Financeiro para Fortalecer os Programas Sociais existentes e Implantação de novos.
53	- Dificuldades no Acompanhamento e Orientação dos Articuladores nos Municípios.
54	- Falta de Recursos suficientes destinados ao Município para que os Programas e Projetos sejam Operacionalizados com Qualidade.
55	- Desconhecimento dos direitos sócios assistenciais por parte da população usuária e dos trabalhadores da Assistência Social
56	- Falta de valorização dos Conselhos para exercer o controle Social
57	- Falta equidade no atendimento das Famílias em situação de Vulnerabilidade da Zona Rural.
58	- Falta de Sensibilização de gestores população usuário da Assistência Social.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

Nº	DIFICULDADE
01	- Dificuldade na Intersetorialidade das Políticas Públicas Locais.
02	- Falta de Capacitação Contínua dos trabalhadores da SAS e Conselhos Municipais.
03	- Número insuficiente de Técnicos de Nível Superior para trabalho na Zona Urbana e Rural.
04	- Inexistência de CRAS nos Distritos da Zona Rural
05	- Alto índice de Exclusão Social.
06	- Falta de informação sobre Direitos Sócioassistenciais por parte dos usuários.
07	- Insuficiência de Recursos Financeiros.
08	- Falta de transporte para o deslocamento dos técnicos dentro do Município.
09	- Interação entre as instâncias: Municipal, Estadual e Federal.
10	- Estruturas físicas dos CRAS e outras unidades inadequadas.
11	- Falta de Conscientização dos Gestores
12	- Indefinição dos recursos para Benefícios Eventuais.
13	- Não efetivação do Controle Social
14	- Rotatividade dos profissionais dos CRAS
15	- Dificuldade de acesso dos usuários aos serviços (incidência maior na zona rural).
16	- Falta de assessoramento sistemático da STDS.
17	- Falta de co-financiamento para alta complexidade.
18	- Ausência de Programas visando a Inclusão Produtiva.
19	- Inexistência do Serviço da Proteção Social Especial.
20	- Falta de acessibilidade para deficientes aos programas sociais.
21	- Ausência de divulgação do SUAS, pouca oferta de vagas nos programas para portadores de necessidades especiais.
22	- Falta de informação, excesso de burocracia e intersetorialização.
23	- As grandes dificuldades são de ordem financeira acarretando desta forma outros problemas como falta ou insuficiência de recursos humanos.
24	- A falta de co-financiamento dos benefícios eventuais é outro grande entrave a falta de sensibilização dos gestores e de capacitação continuada sobre o PPA e FMS gera má qualidade nos serviços públicos.
25	- Herança do assistencialismo como paradigma da assistência de direito, vinculado a fatores eleitorais, insuficiência de recursos ausência da implementação, ampliação de projetos e programas das esferas Estadual e Federal.
26	- Efetivação dos repasses recursos garantidos em lei com participação compartilhada de conselhos - planos – fundos, ausência do programa de geração de renda.
27	- Adequação da Secretaria para realização de todos os atendimentos nas diversas áreas com infra - estrutura e material humano, e capacitação dos profissionais da Área Social.

Nº	DIFICULDADE
28	- Adotar mecanismo de informação intersetoriais junto aos usuários na saúde, educação e assistência social na que diz respeito a sensibilização ao trabalho coletivo e inserção dos serviços.
29	- Cultura do assistencialismo.
30	- Falta de participação popular.
31	- Falta de continuidade com a troca de gestão.
32	- Projetos que gere sustentabilidade a realidade local.
33	- Desconhecimento por parte da população usuária dos direitos a eles inerentes e Interferências políticas recursos insuficientes para atendimento da demanda.
34	- Falta de informações e divulgação dos direitos socioassistenciais.
35	- Falta de recursos humanos qualificados.
36	- Deficiência do Co – financiamento das ações pela Instância Estadual.
37	- Falta de Co - financiamento para a ampliação da equipe do CRAS.
38	- Falta de parcerias e compromisso da Sociedade Civil.
39	- Cursos de capacitação para técnicos e gestores.
40	- Falta de financiamento próprio (percentual definido em lei, para a assistência social e falta de incentivo do Governo nas três instâncias)
41	- Distorções do Cadastro Único e Área geográfica muito grande para o CRAS.
42	- Falta de Assessoramento do Governo do Estado aos Município
43	- Falta de estrutura para os conselhos funcionarem
44	- Falta de estrutura para o CRAS desenvolva um melhor trabalho
45	- Ações Isoladas e Pontuais.

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

Nº	DIFICULDADE
01	- Insuficiência de recursos físicos financeiros e humanos para atendimento de demanda existente
02	- Pouca Integração entre o poder público e a sociedade civil
03	- Falta de intersectorialidade entre as políticas públicas no atendimento as mulheres.
04	- Necessidade de visualizar e destacar as especificidades das diversas etnias no âmbito de garantia dos direitos sócio assistenciais
05	- Falta de um percentual fixo do orçamento para Assistência Social
06	- Desconhecimento por parte população dos direitos socioassistenciais e dos serviços disponibilizados no município
07	- Dificuldade de democratizar o atendimento sócioassistencial as comunidades rurais
08	- A rede de Proteção Social implantada não atende integralmente a totalidade das demandas sócia assistenciais do município
09	- Necessidade de ampliar, fortalecer e divulgação os serviços socioassistenciais.
10	- Demanda maior do que a oferta dificultando a qualidade do atendimento (principalmente na zona rural)
11	- Necessidade de capacitação continuada para gestores, profissionais, conselheiros e liderança comunitária da rede socioassistencial, ausência da capacitação do Estado.
12	- Necessidade de ampliar a equipe técnica através de concurso público
13	- Quantidade e desqualificação dos profissionais escassez de profissionais capacitados e habilitados
14	- Inexistência de ações de Proteção Social especial de Alta Complexidade a População que dela necessita
15	- Fragilidade do vínculo entre Estado e Município
16	-Falta de compromisso de alguns profissionais com o trabalho e a Política da Assistência Social
17	- Falta de transporte e condições precárias de descolamento da equipe técnica e profissionais para atendimento dos usuários
18	- Necessidade de Recursos Humanos suficientes para a demanda do município
19	- Falta de maior apoio e interesse por parte dos gestores em se engajarem nas ações para o desenvolvimento do município
20	- Falta de sensibilidade, reconhecimento e valorização em relação a efetivação da Política da Assistência Social
21	- Ausência de Organização das Associações Comunitária
22	- Inexistência de Ouvidoria Municipal.
23	- Falta financiamento do Estado para viabilizar os programas, projetos e serviços

Nº	DIFICULDADE
24	- Falta de uma política (programas e Projetos) de emprego, renda e financiamento ao pequeno empreendedor
25	- Falta de recursos e co -financiamento para os Benefícios Eventuais, não participação do Governo do Estado.
26	- Falta de Capacitação de equipe que trabalha com os beneficiários, valorização dos profissionais da assistência social.
27	- Desarticulação e falta de integração da rede sócioassistencial, bem com o desta com as demais políticas.
28	- Instabilidade, alta rotatividade dos Profissionais principalmente daqueles vinculados aos Serviços de Co -financiados pela União.
29	- Falta de divulgação da Política da Assistência Social, programas, projetos e serviços.
30	- Trabalho intersetorial com a demais Política ainda incipiente, dificuldade de integração entre as Secretarias Municipais.
31	- Omissão de dados para identificação das famílias beneficiaria da Bolsa Família
32	- A falta de equidade dos programas na zona rural e urbana.
33	- Implantação do PETI na Zona Rural.
34	- Espaço físico inexistente na zona rural.
35	-Necessidade de reconhecimento e esclarecimento sobre o papel do Conselheiro

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

Nº	DIFICULDADE
01	- Recursos humanos insuficientes;
02	- Limitação de Programas específica (idosos/ deficientes);
03	- Ausência de capacitações para s trabalhadores na Área da Assistência Social.
04	- Co-financiamento parte das três esferas de Governo/ principalmente de Instância Estadual;
05	- Não efetivação da NOB/ RH.
06	- Efetivação d Controle Social;
07	- Falta de Assessoria da STDS o Estado;
08	- Ausência de Capacitação dos Trabalhadores da Assistência Social;
09	- Necessidade de um a maior participação popular do Controle Social;
10	- Integralidade no atendimento visando o desenvolvimento Pleno das potencialidades.

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

Nº	DIFICULDADE
01	Fragilidade de implementação da Política de Assistência Social pelo reduzido financiamento e co-financiamento entre as esferas de governo;
02	Infra-estrutura inadequada (reduzido número de recursos humanos, estrutura física de segurança, de transporte e logística), Planejamento dos Programas, Projetos e Serviços assistenciais.
03	Fragilidade na articulação intersetorial entre as Políticas Públicas para Assegurar Direito.
04	Fragilidades no Exercício do Controle Social nas instâncias representativas (CMAS, CMDCA, CMI e Conselhos de Políticas e de Direitos), e na participação direta dos usuários.

7. Ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os Direitos Sócioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União.

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

AÇÕES PRIORITÁRIAS:	
MUNICÍPIOS	1ª Ação: Co-financiamento do CRAS e definir Percentual de Recursos Financeiros de Investimento Política de Assistência Social, Promovendo, a Intersetorialidade das Ações e Programas Desenvolvidos e Implantação do CRAS e /ou CREA.
	2ª Ação: Implantar Programas de Geração de Renda
	3ª Ação: Co - Financiamento da Política de Assistência Social.
	4ª Ação: Assegurar a Intersetorialidade nas ações municipais
ESTADO	1ª Ação: Co-financiamento do CRAS e definir Percentual de Recursos Financeiros de Investimento Política de Assistência Social, Promovendo, a Intersetorialidade das Ações e Programas Desenvolvidos e Implantação do CRAS e /ou CREA
	2ª Ação: Implantar Programas de Geração de Renda
	3ª Ação: Co - Financiamento da Política de Assistência Social.
	4ª Ação: Capacitar a instância de Controle Social
UNIÃO	1ª Ação: Co-financiamento do CRAS e definir Percentual de Recursos Financeiros de Investimento Política de Assistência Social, Promovendo, a Intersetorialidade das Ações e Programas Desenvolvidos e Implantação do CRAS e /ou CREA.
	2ª Ação: Implantar Programas de Geração de Renda
	3ª Ação: Co - Financiamento da Política de Assistência Social.
	4ª Ação: Garantir e Ampliar o Co - Financiamento dos Serviços Sócioassistenciais

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

AÇÕES PRIORITÁRIAS:	
MUNICÍPIOS	1ª Ação: Regulamentar e garantir recursos para efetivar os Benefícios Eventuais.
	2ª Ação: Maior divulgação dos serviços, programas, projetos, serviços e benefícios e dos direitos sócioassistenciais, garantindo maior acesso dos usuários nas zonas urbana e rural, a Política da Assistência Social.
ESTADO	1ª Ação: Ampliar e efetivar o co-financiamento de serviços programas, projetos e benefícios.
	2ª Ação: Assessoramento técnico e Capacitação Sistemática aos Conselheiros, Técnicos e Gestores Municipais.
UNIÃO	1ª Ação: Ampliar as metas físicas e financeiras co-financiamento de serviços programas, projetos e benefícios.
	2ª Ação: Capacitação Sistemática de Conselheiros, Técnicos e Gestores da Assistência Social.

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

AÇÕES PRIORITÁRIAS:	
MUNICÍPIOS	1ª Ação: Definição do percentual fixo a ser repassado mensalmente ao Fundo Municipal de Assistência Social tendo como origem orçamentária arrecadação.
	2ª Ação: Ampliar o número de CRAS no Município (conforme de termina a NOB/ SUAS)
ESTADO	1ª Ação: com vista ao atendimento da demanda dos municípios, regulamentação do co – financiamento.
	2ª Ação: Política de Capacitação Continuada dos profissionais conselheiros, usuários, liderança comunitárias e de rede sócio assistencial.
UNIÃO	1ª Ação: Garantir co -financiamento para implantação e manutenção dos CRAS e dos CREAS.
	2ª Ação: Ampliar o número de CRAS no Município (conforme de termina a NOB/ SUAS).

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

AÇÕES PRIORITÁRIAS:	
MUNICÍPIOS	1ª Ação: Concurso Público para profissionais da Área Social.
	2ª Ação: Implantação dos CRAS nos Distritos e nas Sedes.
ESTADO	1ª Ação: Implantar a delegacia da Mulher;
	2ª Ação: Implantar a Vara Especial da Mulher;
UNIÃO	1ª Ação: Garantir 5% da Receita Tributária arrecadada para a Assistência Social
	2ª Ação: Utilizar os recursos dos BPC revisados em projetos de Inclusão Produtiva, para seus próprios beneficiários.

MUNICÍPIO DA METRÓPOLE

AÇÕES PRIORITÁRIAS:	
MUNICÍPIOS	1ª Ação: Realizar concurso Público para a Assistência Social, atendendo aos princípios da NOB-RH/ SUAS.
	2ª Ação: Assegurar que todo orçamento da Assistência Social (função 08), seja alocado no Fundo Municipal de Assistência Social.
ESTADO	1ª Ação: Compromisso e garantia do Governo Estadual na ampliação e investimentos para a política de Assistência Social (função 08), através de co-financiamento e consórcio que asseguram as Proteções Sociais.
	2ª Ação: Assegurar o co-financiamento das Ações de Proteção Social Básica Especial no processo de acompanhamento e monitoramento da implementação do SUAS, garantindo a municipalização das Ações.
UNIÃO	1ª Ação: Assegurar o financiamento da política Nacional de capacitação e co-financiamento da Gestão do Trabalho, conforme NOB-RH/ SUAS.
	2ª Ação: Assegurar que todo orçamento da Assistência Social (Função 08), seja alocado no Fundo de Assistência Social nas Três Esferas de Governo (FMAS, FEAS e FMAS).

PARTE II:

Relatório da VII Conferência Estadual de Assistência Social.

1. Avaliação quanto ao primeiro objetivo:

1.1. Avaliação sobre as Metas da VI Conferência Estadual de Assistência Social.

Metas Sobre a Gestão do SUAS

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
Potencializar a inserção dos municípios em gestão básica e plena até o ano 2015 (LP) Realizada	Descentralizar a Secretaria Estadual de Assistência Social – SAS, com a implantação de 20 núcleos regionais com Equipe de Assessoria devidamente constituídas (CP). Houve a implantação de um Núcleo com o mesmo desativado. O Estado encontra-se em fase de definição da nova metodologia de assessoramento aos Municípios.	Implementar atividades produtivo-cooperativas/ micro-créditos/ empresas/ agroindústria/ incentivo ao turismo/ Núcleos de Economia Solidária e Programas de Qualificação Profissional, a partir de estudo de viabilidade econômica, considerando as potencialidades de cada município (CP) Em face de expansão por não ter atingido ainda todos os Municípios.
	Construir diagnóstico do Estado com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade e risco social (CP). O Estado realizou a primeira etapa, através do instituto de Pesquisa do estado do Ceará – IPECE, Nota Técnica nº 18 de agosto de 2006. Porém os Municípios desconheciam a existência deste diagnóstico.	Garantir a ampliação dos programas de proteção social às pessoas com deficiências e idosos. (LP) Está sendo ampliados os Programas de Proteção Social as pessoas com Deficiência e ao Idoso.
	Implantar um Banco de Dados referente aos indicadores socioassistenciais objetivando fundamentar os municípios na elaboração do diagnóstico social, na perspectiva da implantação de um sistema de vigilância social. (CP). Não Priorizando por parte dos entes federados, que ainda não definiram os indicadores socioassistenciais, além das dificuldades de sintetizar/ operacionalizar os dados oriundos do CADÚNICO.	
	Garantir a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, através de um serviço de informação (MP). A ser realizada até 2010.	

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
	<p>Implantar em parceria com a política de saúde, 10 centros regionais para usuários de substância psico-ativas (dependentes químicos). (MP). Não trabalhada por não ser de competência da Assistência Social.</p>	
	<p>Construir uma rede intersetorial de políticas públicas com atuação em todos os municípios, dispondo de equipe multidisciplinar (MP) A ser realizada até 2010.</p>	
	<p>Implantar uma política habitacional para garantir o direito à moradia digna às famílias em situação de vulnerabilidades e/ou risco social em áreas urbanas e rurais. (MP). Não Trabalhado por não ser de competência da Assistência Social</p>	
	<p>Elaborar um plano governamental de ação intersetorial, em parceria com a sociedade civil organizada, direcionado à família em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, coordenado, em sua execução, pelo órgão gestor da assistência social (MP) A ser realizada até 2010.</p>	
	<p>Estender o projeto federal do Primeiro Emprego para os estados e municípios, garantindo o acesso da juventude das áreas urbanas e rurais. (MP) A ser realizada até 2010.</p>	
	<p>Efetivar a política de atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiências (MP) A ser realizada até 2010.</p>	
	<p>Fortalecer a política de meio ambiente sustentável, voltada, prioritariamente, para a questão da estiagem do semi-árido, em ação conjunta com as demais secretarias e sociedade civil organizada (LP) Já foi formado Comitê Intersetorial entre as Secretarias e Sociedade Civil com a Coordenação do UNICEF.</p>	
	<p>Universalizar o acesso à serviços e programas sócioassistenciais em todo o Estado, viabilizando a proteção especial a quem delas necessita. (LP) Implantação dos CREAS Regionais.</p>	

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
	Reduzir em 100% as áreas físicas de risco no Estado do Ceará (LP) A ser realizada até 2015.	
	Implantar um sistema de segurança alimentar e nutricional (LP) Não Trabalhado por não ser de competência da Assistência Social	

Metas Sobre Recursos Humanos

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
	Implantar uma política de recursos humanos para os operadores da política de assistência social (Gestores/ técnicos; conselheiros/ pessoal de apoio), com uma sistemática de capacitação continuada e concurso para os profissionais. (CP)	

Metas Sobre Financiamento

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
	Co-financiar a implantação dos CRAS's (no mínimo 01 por município) em 100% dos municípios cearense. (CP)	
	Regulamentar e co-financiar os Benefícios Eventuais, em parceria com os municípios. (CP)	
	Ampliar o co-financiamento e a cobertura dos serviços e programas de enfrentamento à pobreza, na perspectiva de valorização do potencial das famílias. (CP)	
	Destinar 10% do orçamento geral do Estado para a Política de Assistência Social alocado no respectivo Fundo Estadual de Assistência Social. (CP)	
	Co-financiar de 05 a 10 CREAS regionalizados, conforme a natureza e diversidade da complexidade. (MP)	
	Co-financiar a implantação de serviços de proteção especial de alta complexidade em 100% dos municípios e/ou regiões, conforme os critérios previstos na NOB/SUAS. (LP)	
	Ampliar o Fundo Estadual de Combate à pobreza – FECOP, para 100% dos municípios cearenses (LP)	
	Co-financiar infra-estrutura para garantir a sustentabilidade e permanência do trabalhador e trabalhadora (jovens e adultos) nas áreas rural e urbana, prioritariamente nos Municípios de pequeno porte. (LP) Não Compete a Política da Assistência Social	
	Ampliar o co-financiamento e a cobertura dos serviços de enfrentamento à pobreza em 100%.	

Metas Sobre Controle Social

REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	EM PROCESSO
	Fortalecer, potencializar e reforçar a autonomia de 100% dos Conselhos de Assistência Social e Conselhos de Direitos, na perspectiva do exercício do controle social e da participação popular (CP)	
	Implantar e/ ou ampliar espaços de defesa social – defensoria pública, delegacias especializadas, fóruns de caráter regional ou municipal, conforme porte populacional. (MP) Não compete a Política de Assistência Social.	
	Assessorar os grupos comunitários e movimentos sociais em 100% dos municípios do Estado do Ceará na perspectiva do fortalecimento de sua organização. (MP)	

1.2. Avanços, Dificuldades, Desafios e Proposições por eixo.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão	- Na metodologia da Conferência Estadual do Ceará, não foram trabalhados os avanços, no entanto analisando os relatórios dos trabalhos de grupo destacamos como o principal avanço: a inserção e adesão dos 184 Municípios ao SUAS, sendo 03 em gestão inicial, 167 em Gestão Básica e 14 em Gestão Plena;	Municipalização dos serviços de Proteção Social Básica.	Articular com outras políticas setoriais a implementação de atividades produtivas a partir de um estudo de viabilidade econômica, considerando as potencialidades de cada município, garantindo o desenvolvimento sustentável. (CP);
	- A assessoria técnica realizada nos Municípios nos anos 2005 e 2006.	Fragilização da Assessoria Técnica nos Municípios no ano de 2007;	Implantar/ implementar atividades produtivas - cooperativas/ micro-créditos/ empresas/ agroindústria/ incentivo ao turismo/ Núcleos de Economia Solidária e Programas de Qualificação Profissional, a partir de estudo de viabilidade econômica, considerando as potencialidades de cada município, de forma sistemática e contínua.
		Não implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de todos os serviços;	Construir e socializar diagnóstico do Estado com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade, risco social e potencialidades.
		Não operacionalização da vigilância social conforme a NOB/ SUAS.	Implantar um Banco de Dados referente aos indicadores socioassistenciais, a partir dos dados contidos no CADÚNICO e outras fontes existentes, objetivando fundamentar os municípios na elaboração do diagnóstico social, na perspectiva da implantação de um sistema de vigilância social.
		Falta de planejamento, execução e avaliação de ações intersetoriais;	Garantir a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, através de um serviço de informação.
		Falta de participação ativa dos Usuários nos Serviços;	Elaborar e efetivar a política de enfrentamento à pobreza no Estado (MP)
		Centralização dos serviços nas zonas urbanas;	Potencializar a inserção dos municípios em gestão básica e plena até o ano 2015 (PL).

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão		Desconhecimento e/ ou conhecimento restrito da política de Assistência Social por parte da população;	Articular a implantação de 10 Centros Regionais com serviços setoriais para usuários de substâncias psico-ativas através da Política de Saúde.
		Herança da cultura assistencialista e clientelista na Assistência Social;	Construir uma rede intersetorial de políticas públicas com atuação em todos os municípios, dispondo de equipe multidisciplinar (MP)
		Possibilidades da inclusão Produtiva da família.	Elaborar um Plano Governamental de ação intersetorial, em parceria com a sociedade civil organizada, direcionado à família em situação de vulnerabilidade e/ ou risco social, coordenado, em sua execução, pelo órgão gestor da assistência social (MP)
			Universalização das políticas voltadas para a Juventude, implementadas pelo Governo Federal e Estadual para todos os municípios garantindo acesso às áreas urbanas e rurais.
			Universalizar o acesso a serviços e programas socioassistenciais em todo o Estado, viabilizando a proteção especial a quem delas necessita. (LP) .
			Garantir a ampliação dos programas de proteção social às pessoas com deficiências e idosos (LP) .
			Fortalecer a política de meio ambiente sustentável, voltada para a questão de convivência com o semi-árido e sustentabilidade da mata atlântica, uma ação conjunta com as demais secretarias e sociedade civil organizada (LP) .
			Efetivar a política de atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiências (MP)

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Gestão			Reduzir em 100% as áreas físicas de risco no Estado do Ceará (LP)
			Implantar um sistema de segurança alimentar e nutricional (LP)
			Implantar e implementar a Política da Juventude do Governo Federal em todos os municípios, com ênfase na geração de emprego e renda.
			Fortalecimento e monitoramento dos CRAS e CREAS.
			Fortalecimento e monitoramento dos benefícios: BPC e Eventuais.
			Publicização do Sistema Único da Assistência Social.
			Estender o projeto federal do Primeiro Emprego para os estados e municípios, garantindo o acesso da juventude das áreas urbanas e rurais. (MP)
			Articular ações para a erradicação das áreas físicas de risco do Estado do Ceará. (LP)
			Articular a implantação junto com as demais políticas públicas o sistema estadual de segurança alimentar e nutricional. (LP)
		Municipalizar as ações de Proteção Social Básica, realizadas pelo Estado. Articular com o Sistema de Garantia de Direitos a implantação de espaços de defesa social – defensoria pública, delegacias especializadas, fóruns de caráter regional ou municipal, ouvidorias, conforme porte populacional do município. (MP)	

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
-------------	----------------	---------------------	-------------------------------

Gestão			Assessorar todos os municípios na perspectiva do fortalecimento dos grupos comunitários e movimentos sociais. (MP) 28. Implementar, de forma intersetorial, programas de Primeiro Emprego para os estados e municípios, garantindo o acesso da juventude das áreas urbanas e rurais. (MP)
---------------	--	--	--

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento	- FEAS constituído como unidade orçamentária; - Financiamento de Programas de atenção a Pessoa Idosa e Deficiente.	- O não repasse de recursos do FEAS para FMAS; - A não realização do co-financiamento dos CRAS e Benefícios Eventuais. - Falta de definição percentual para Assistência Social, devido à demora da aprovação do projeto de emenda constitucional.	Co-financiar a implantação dos CRAS's (no mínimo 01 por município) em 100% dos municípios cearense. (CP)
			Regulamentar e co-financiar os Benefícios Eventuais, em parceria com os municípios. (CP)
			Ampliar o co-financiamento e a cobertura dos serviços e programas de enfrentamento à pobreza, na perspectiva de valorização do potencial das famílias. (CP)
			Destinar 10% do orçamento geral do Estado para a Política de Assistência Social alocado no Fundo Estadual de Assistência Social. (CP)
			Co-financiar de 05 a 10 CREAS regionalizados, conforme a natureza e diversidade da complexidade. (MP)
			Co-financiar a implantação de serviços de proteção especial de alta complexidade em 100% dos municípios e /ou regiões, conforme os critérios previstos na NOB / SUAS. (LP).

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Financiamento			Potencializar o FEAS como unidade única de financiamento da política de assistência social, incluindo inclusive o Fundo Estadual de Combate à pobreza – FECOP, submetendo ao Controle Social do CEAS-CE e critérios de partilha do SUAS, permitindo a ampliação do investimento estadual nos municípios.
			Ampliar o co-financiamento dos programas, projetos e serviços de enfrentamento à pobreza nas áreas rural e urbana
			Destinar 10% do orçamento geral do Estado para a Política de Assistência Social alocado no respectivo Fundo Estadual de Assistência Social. (CP)
			co-financiar programas intersetoriais de geração de ocupação e renda para jovens, adultos e idosos nas áreas rurais e urbanas nos municípios.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
Recursos Humanos	Capacitação e Assessoria Técnica realizada nos anos de 2005 e 2006, junto aos profissionais dos CRAS e do Órgão Gestor ,Gestores e Conselheiros.	- Atualização do Plano de Cargo, Carreira e Salário de acordo com a NOB/ RH; - A não realização de Concurso Público.	Implementar de forma adequada as recomendações da NOB-RH/ SUAS, a Política de Recursos Humanos para os operadores da Política de Assistência Social do Estado com concurso para profissionais e Plano de Cargo, Carreira e Salário com valores compatíveis com o mercado de trabalho.

EIXO	AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
-------------	----------------	---------------------	-------------------------------

Controle Social	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação e aprovação pelo CEAS-CE do PPA do Estado.; - Elaboração do Plano Operativo do CEAS-CE; - Criação do fórum Estadual de Assistência Social – FOEAS de Entidades da Sociedade Civil no Estado do Ceará; - Elaboração do Plano de Capacitação dos Conselheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura de equipamentos da Casa do conselho insuficiente para abordar as necessidades do CEAS-CE; - A não realização sistemática e continuada de Capacitação dos Conselheiros; - Pouca comunicação entre o CEAS-CE e os CMAS. 	Elaborar e implantar o Plano Estadual de Capacitação para os Conselhos Municipais.
			Potencializar a comunicação do CEAS-CE com os Conselhos Municipais por meio da divulgação de suas ações e deliberações.
			Garantir e assegurar, de fato e de direito, a paridade nos Conselhos Municipais da Assistência Social.
			Implantar e/ou ampliar espaços de defesa social – defensoria pública, delegacias especializadas, fóruns de caráter regional ou municipal, conforme porte populacional. (MP)
			Implantar o serviço de Ouvidoria / SUAS.
			Fortalecer, potencializar e reforçar a autonomia de 100% dos Conselhos de Assistência Social e Conselhos de Direitos, na perspectiva do exercício do controle social e da participação popular (CP)
			Implantar e/ou ampliar fóruns de caráter regional, conforme porte populacional. (MP)
			Estimular espaços de defesa social – defensoria pública, delegacias especializadas. (MP)
		Assessorar os grupos comunitários e movimentos sociais em 100% dos municípios do Estado do Ceará na perspectiva do fortalecimento de sua organização. (MP)	

2. Avaliação quanto ao segundo objetivo:

2.1. Indicação das três principais Dificuldades/ Desafios encontradas para garantir dos direitos Socioassistenciais estabelecidos pela Política de Assistência Social.

DIFICULDADES	
A.	Desconhecimento por parte da população e gestores, da legislação vigente e dos direitos sócioassistenciais por falta de divulgação das informações sobre a Política, Serviços, Projetos e benefícios da Assistência Social.
B.	Falta do exercício da intersetorialidade no planejamento e execução das ações das Políticas Públicas que trabalham de forma isolada e competitiva nas três esferas governamentais.
C.	Disparidade na cobertura dos serviços de proteção Social Básica e Especial na divulgação e atendimento nas zonas urbana e rural.
D.	Insuficiência, desqualificação e rotatividade dos profissionais da Área da Assistência Social.

DESAFIOS	
A.	Garantir a Capacitação Sistemática e continuada para Conselheiros, Técnicos e Gestores.
B.	Maior divulgação e Informação da Política de Assistência Social – PAS e critérios de acesso.
C.	Descentralização dos serviços prestados aos usuários.
D.	Regulamentação do Co-financiamento nas três Esferas de Governo com definição de percentual.

3. Deliberações da VII Conferência Estadual de Assistência Social

Nº	MUNICÍPIO
01	Efetivação da NOB/ RH, com a realização de concursos público e elaboração do PCCS, para os trabalhadores da área.
02	Definir e garantir percentual de 10% do Orçamento do Município para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Nº	ESTADO
01	Co-financiamento dos serviços, programas e benefícios da Proteção Social Básica e Especial, conforme a Demanda Municipal e/ ou Regional.
02	Assumir o papel de coordenador da política da Assistência Social, viabilizando processos de assessoramento, monitoramento e avaliação aos Municípios de forma efetiva e sistemática.

Nº	UNIÃO
01	Definição de um percentual orçamentário, regulamentação e efetivação do co-financiamento de forma sistemática e continuada.
02	Ampliação dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios da Assistência Social, na perspectiva de sua universalização para quem dela necessitar.
03	Viabilizar a efetivação da NOB/ SUAS e RH, no sentido de realizar concurso público, elaboração do PCCS e garantia das condições para o exercício da política da Assistência Social.

4. Resultado do Processo Eleitoral para VI Conferência Nacional de Assistência Social.

ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ À VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às vinte horas, iniciou-se a Assembléia para Eleição dos Delegados do Ceará à VI Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorrerá no período de quatorze a dezenove de dezembro do ano em curso, em Brasília - Distrito Federal. A mesa foi coordenada pelas Assistentes Sociais Marília Alencar Andrade, Diana Ferreira Gomes e Ana Maria Câmara Coêlho. De início a presidente da Mesa, Marília Alencar Andrade, apresenta os demais componentes da mesa, faz a leitura dos Capítulos V – Seção II e VI do Regimento Interno da VII Conferência Estadual de Assistência Social que trata da Eleição e Homologação dos delegados. Como encaminhamento, solicita aos representantes dos Municípios e Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-CE: 1 – Que se reúnam segundo o Porte dos Municípios e representação do CEAS-CE, para eleição dos delegados titulares e suplentes, estipulando um prazo de 30 minutos; 2 – Concluída a votação apresentar à mesa a relação devidamente assinada para homologação e aclamação dos delegados pela plenária, observando os diversos segmentos da sociedade civil, o número de vagas designadas pelo Conselho nacional de Assistência Social – CNAS e o Regimento aprovado nesta Conferência. Assim, as vagas foram distribuídas paritariamente: 42(quarenta e dois) Delegados da esfera Municipal, sendo 08(oito) Representantes dos 93 (noventa e três) Municípios de Porte Pequeno I; 10 (dez) Representantes dos 62 (sessenta e dois) Municípios de Pequeno Porte II; 12 (doze) Representantes dos 22 (vinte dois) Municípios de Porte Médio; 06 (seis) Representantes dos 06 (seis) Municípios de Porte Grande; 06 (seis) Representantes da Metrópole Fortaleza e 04 (quatro) delegados do Conselho da esfera estadual, CEAS-CE. Reiniciando os trabalhos e mesa solicita a apresentação dos Delegados governamentais e não governamentais eleitos, de acordo com o Regimento desta Conferência. Como encaminhamento, o delegado Elizeu Xavier Pinheiro Neto, do município de Quixadá, propões que antes da homologação dos delegados para Conferência Nacional, seja submetido à plenária final, que os delegados titulares ausentes não sejam homologados, assumido imediatamente a titularidade, os delegados suplentes presentes, a exemplo do encaminhamento feito na Conferência da Saúde. Com a argumentação de que este caso não estava previsto no regimento devendo, de acordo o artigo vinte e sete do mesmo, ser resolvido pela plenária. Em defesa da permanência dos delegados eleitos nos grupos, uma delegada não identificada, alega que os delegados ausentes tinham justificado suas saídas antecipadas, devido os problemas de condução, porque muitos foram embora por dependerem dos transportes no horário antes agendado, não podendo ser alterado, em função do adiantado da hora, o que levou o grupo a acordar sobre as suas ausências na plenária. Foram votadas as duas propostas e conferindo a proposta da permanência dos delegados titulares eleitos nos grupos, trinta e quatro votos. Com trinta e seis votos foi aprovada a proposta de não homologação dos delegados titulares ausentes, assumindo imediatamente a titularidade os suplentes presentes. Em seguida, a mesa encaminha a homologação, com a aclamação da delegação estadual à VI Conferência Nacional de Assistência Social, com as respectivas alterações: **Delegados dos Municípios de Pequeno Porte I - Representantes governamentais / titulares:** 1 – Ana Rebeca Araújo Vasconcelos; 2 - Maryane Miranda Lucena; 3 – Maria de Lourdes Gomes Alves (substituindo o delegado titular antes eleito no grupo, ausente na homologação – José Valdi Ferreira dos Santos) 4 – Luiza de Lourdes Bezerra Mota (substituindo a delegada titular antes eleita no grupo - Maria das Graças Fonseca Rocha, ausente na homologação). **Suplentes:** 1 – José Valdi Ferreira dos Santos (delegado titular ausente na homologação, substituindo a delegada suplente antes eleita no grupo - Maria de Lourdes Gomes Alves, presente na homologação); 2 – Maria das Graças Fonseca Rocha (delegada ausente na homologação, substituindo a delegada suplente antes eleita no grupo - Luiza de Lourdes Bezerra Mota presente na homologação); 3 – Ana Cláudia Targino de Vasconcelos. **Representantes da Sociedade Civil / titulares:** 1 – Francisco Bezerra Lopes; 2 – Gerusa Maria de Sousa Fernandes; 3 – Maria José de Oliveira; 4 – Maria Najela de Oliveira Lima. **Suplentes:** 1 – Albaniza Maria Moreira Dias; 2 – Francisco Batista de Lima. **Delegados dos Municípios de Pequeno Porte II Representantes governamentais / titulares:** 1 – Harleyne Sá da Silveira Castro

(substituindo a delegada antes eleita no grupo, ausente na homologação - Maria Odete Pinto Leite); **2** – Maria Suely Correia Holanda; **3** – Paula Ticiane de Andrade Uchoa; **4** – Maria do Socorro Lima Martins; **5** – Antônio Vileimar de Souza. **Suplentes:** **1** – Maria Odete Pinto Leite (delegada titular ausente na homologação, substituindo a delegada suplente antes eleita no grupo – Harleyne Sá da Silveira Castro); **2** – Francisco das Chagas Sousa; **3** – Antonia Gonçalves de Sousa. **Representantes da Sociedade Civil / titular:** **1** – Francisco Antonio do Nascimento; **2** – Pedro Beal de Freitas Vasconcelos; **3** – Cristiane V. Cavalcante Mota; **4** – Hosana Maria Ávila Guimarães; **5** – Altair Martins da Rocha. **Suplente:** **1** - Lina Beatriz dos Santos Souza; **2** – Francisco Joaquim de Souza. **Delegados dos Municípios de Médio Porte - Representantes Governamentais / Titulares:** **1** – Maria Roselene Buriti Lima; **2** – Homlecia Araújo Ferreira; **3** – Vanda Anselmo Braga dos Santos; **4** - Elis Regina Coêlho de Sousa; **5** – Elisalda Maria Gomes Oliveira; **6** – Dina Lara Bezerra de Menezes Castro. **Suplentes:** **1** – Valdiana de Souza Arruda, **2** – Gláucia Maria Gondim de Queiroz; **3** – Katyusya Maria Arraes Rodrigues; **4** – Rita Nunes da Silva; **5** – Elizeu Xavier Pinheiro Neto; **6** - Renata Lima Fontele. **Representantes da Sociedade Civil / titulares:** **1** – Maria José e Silva; **2** – Francisco Jackson da Costa; **3** – Rosa Maria de Almeida Lopes; **4** - Maria Elizângela Amorim Dias; **5** - Francisca Erenice Barbosa da Silva ; **6** - João Bosco Costa da Silva. **Suplentes:** **1** Maria das Graças de Sousa Martins; **2** – Marcos Paulo Gomes da Silva; **3** - Tânia Moises; **4** - Ednaldo Vieira do Nascimento; **5** – Antonio Carlos Monteiro . **Delegados dos Municípios de Grande Porte - Representantes Governamentais / titulares:** **1** – Vicente de Paulo Batista de Souza; **2** – Francisca Silvia Helena Barbosa Duarte (substituindo o delegado, antes eleito no grupo, ausente na homologação - Luis Marcelo Gregório); **3** - Maria Tereza Simão de Carvalho. **Suplentes:** **1** - Luis Marcelo Gregório (delegado titular ausente na homologação, substituindo a delegada suplente antes eleita no grupo -Francisca Silvia Helena Barbosa Duarte); **2** - Argemiro da Silva Continho Filho; **3** – Ana Flávia Pereira. **Representante da Sociedade Civil / titulares:** **1** - Francisco Jacinto Araújo da Silva; **2** – Expedito Vidal dos Santos; **3** – Maria dos Anjos Costa de Cruz. **Suplentes:** **1** – Joaquim Batista Alves; **2** – Ivoneide de Sousa Moreira. **Delegados do Município Metrópole – Fortaleza - Representantes Governamentais / titulares:** **1** André de Menezes Gonçalves; **2** – Lidiana Rios Farias; **3** – Elízio de Araújo Loiola. **Suplentes:** **1** - Cristiane Barros Façanha; **2** – Ana Cristina Pereira Costa; **3** – Elisabete Pereira de Meneses. **Representantes da Sociedade Civil / titulares:** **1** – Maria Aurileide de Souza Soriano; **2** – Adriana Farias Lacerda; **3** - Maria Assunção dos Santos Lobo. **Suplentes:** **1** – Regina Maria da Silva Severino; **2** Yara Lúcia Marcelino; **3** – Valdiva Furtado de Castro. **Delegados do CEAS-CE - Representantes Governamentais / titulares:** **1** – Célia Maria Souza Melo; **2** Nágila Costa Araújo (substituindo o delegado antes eleito no grupo, ausente na homologação - Plínio Leitão Neto). **Suplentes:** **1** – Plínio leitão Neto (delegado titular ausente na homologação, substituindo a delegada suplente antes eleita no grupo - Nágila Costa Araújo); **2** – José Nazário Viana Filho. **Representantes da Sociedade Civil / titulares:** **1** – Renata Moreira da Silva; **2** – Lucia Mônica Menezes Pereira. **Suplentes:** **1** – Maria Andrade Leite; **2** – Geraldo Simplicio de Oliveira. Concluída a eleição, a Presidente de Mesa agradece aos participantes e solicita aos delegados que aguardem a convocação do Conselho para comparecem a reunião preparatória da delegação do Estado que participará da VI Conferencia Nacional de Assistência Social. E nada mais havendo a tratar, lavrou – se a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por quem de direito. Fortaleza – Ceará, vinte e seis de outubro do ano de dois mil e sete.

Marília Alencar Andrade
Presidente da Mesa

Diana Correia Lima Ferreira Gomes
Secretária da Mesa

Ana Maria Câmara Coêlho
Relatora

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. **Nome:** Ana Rebeca Araújo Vasconcelos

Endereço: Rua: Hadoque Costa, 1156

Bairro: Centro

CEP: 62.920.000

Município: Quixeré/ CE

Tels: (88) 3443-1380

Celular: (88) 8899-2911

E-mail: anarebecavasconcelos@hotmail.com

2. **Nome:** Maryanne Miranda Lucena

Endereço: Rua: Mamede Rodrigues Teixeira, 489

Bairro: Centro

CEP: 62.610.000

Município: Tejuçuoca/ CE

Tels: (85) 3423-1156

Celular: (85) 9938-9335

E-mail: maryanne.miranda@yahoo.com.br

3. **Nome:** Maria de Lourdes Gomes Alves

Endereço: Av. Geraldo Rangel 801

Bairro: Berby

CEP: 62.040.380

Município: Senador Sá/ CE

Tels: (88) 3611-9388

Celular: (88) 8812-3696

E-mail: lourdesalves@ig.com.br

4. **Nome:** Luiza de Lourdes Bezerra Mota

Endereço: Rua: Chico Vieira S/N

Bairro: Centro

CEP: 62.785.000

Município: Acarape/ CE

Tels: (85) 3473-1504

Celular: (85) 8803-2711

E-mail: sascarape@supering.com.br

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. **Nome:** José Valdir Ferreira dos Santos

Endereço: Sítio Araújo

Bairro: Centro

CEP: 62.860.000

Município: Pindoretama/ CE

Tels: (88) 3443-1380/ (85) 3375-1333

Celular: (88) 8899-2911/ 8809-6872

E-mail: não tem

2. **Nome:** Maria das Graças Fonseca Rocha

Endereço: Av. Capitão Brito, 550 –

Bairro: Centro

CEP: 62.450.000

Município: Martinópolis/ CE

Tels: (88) 3627-1390

E-mail: rochagraa@hotmail.com

3. Nome: Ana Cláudia Targino de Vasconcelos

Endereço: Rua Carlos Antonio Sales, 221 **Bairro:** Centro
CEP: 62.660.000 **Município:** Umirim/ CE
Tels: (85) 33364-1111 **Celular:** (85) 9615-9597
E-mail: sasumirim@ig.com.br

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Francisco Bezerra Lopes

Endereço: Rua 25 de Janeiro, 53 **Bairro:** Centro
CEP: 62.630.000 **Município:** Apuiarés/ CE
Tels: (88) 3356-1098
E-mail: não tem

2. Nome: Gerusa Maria de Souza Fernandes

Endereço: Rua Cel. José Sampaio, S/N **Bairro:** Campos Belos
CEP: 62.734.000 **Município:** Caridade/ CE
Tels: (85) -- **Celular:** (85) 9605-4330
E-mail: gerusacaridade@hotmail.com

3. Nome: Maria José Oliveira

Endereço: Avenida Jardim Paraíso, s/n **Bairro:** Centro
CEP: 62.810-000 **Município:** Icapuí/ CE
Tels: (85) **Celular:** (85) 9965-7669
E-mail: mjo_icapui@yahoo.com.br

4. Nome: Maria Najela de Oliveira Lima

Endereço: Rua Padre Zacarias, 175 **Bairro:** Centro
CEP: 62.920.000 **Município:** Quixeré/ CE
Tels: (85) 3443-1145 **Celular:** (85) 8803-3403
E-mail: najelita.al@gmail.com

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. Nome: Albanisa Maria Moreira Dias

Endereço: Rua João Pereira, 37 **Bairro:** Centro
CEP: 62.660-000 **Município:** Umirim/ CE
Tels: (85) 3364-1111 **Celular:** (85) 9974-6666
E-mail: não tem

2. Nome: Francisco Batista de Lima

Endereço: Rua José Franco, s/n **Bairro:** Centro
CEP: 60.860-000 **Município:** Pindoretama/ CE
Tels: (85) 3375-1333 **Celular:** (85) 9114-3083

E-mail: não tem

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. **Nome:** Harleyne Sá da Silveira Castro

Endereço: Av. Jorge Domingues, s/n

CEP: 62.620-000

Tels: (88) 3635-1266

E-mail: saharleyne@yahoo.com.br

Bairro: Centro

Município: Irauçuba/ CE

Celular: (85) 9603-6189

2. **Nome:** Maria Suely Correia Holanda

Endereço: Rua José Arteiro, 318 - Sede

CEP: 63.680-000

Tels:

E-mail: suelycorreiaholanda@hotmail.com

Bairro: Centro

Município: Parambu/ CE

Celular:

3. **Nome:** Paula Ticiane de Andrade Uchôa

Endereço: Rua Joaquim Manuel de Macedo, 1549

CEP: 60.525-000

Tels: (85) 3290-3443

E-mail: ticianauchoa@yahoo.com.br

Bairro: Centro

Município: Santa Quitéria/ CE

Celular: (85) 9990-5198

4. **Nome:** Maria do Socorro Lima Martins

Endereço: Rua Tibúrcio Frota, 409

CEP: 60.130-000

Tels: (85) 3227-5991

E-mail: msdimartins@hotmail.com

Bairro: Centro

Município: Guaiúba/ CE

Celular: (85) 8704-3381

5. **Nome:** Antônio Vileimar de Souza

Endereço: Rua José Clodes Campelo

CEP: 63.520-000

Tels: (88) 3584-2706

E-mail: ramieliv.souza@yahoo.com.br

Bairro: Centro

Município: Orós/ CE

Celular: (85) 9958-9859

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. **Nome:** Maria Odete Pinto Leite

Endereço: Avenida Antônio Ricardo, 04

CEP: 63.360-000

Tels: (88) 3543-1023

E-mail: não tem

Bairro: Centro

Município: Aurora/ CE

Celular: (88) 9966-3738

2. Nome: Francisco das Chagas Sousa

Endereço: Rua Figueiredo Correia, 130

CEP: 63.540-000

Tels: (88) 3541-2451

E-mail: não tem

Bairro: Centro

Município: Várzea Alegre/ CE

Celular: -

3. Nome: Antônia Gonçalves de Sousa

Endereço: Rua: José Gomes Medeiros S/N

CEP: 63.750.000

Tels: (88) 3617-1803

E-mail: setastamboril@yahoo.com.br

Bairro: Monte Azul

Município: Tamboril/ CE

Celular: -

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Francisco Antônio do Nascimento

Endereço: Rua: J Nº 50 –CONHAB

CEP: 63.600.000

Tels: (88) 3449-0682

E-mail: danofan5@yahoo.com.br

Bairro: Conjunto CONHAB

Município: Senador Pompeu/ CE

Celular: (88) 9213-0548

2. Nome: Pedro Beal de Freitas Vasconcelos

Endereço: Rua: Coronel Titúrbio, 397

CEP: 62.370.000

Tels: -

E-mail: pedrobeal@gmail.com

Bairro: Centro

Município: São Benedito/ CE

Celular: (88) 9926-7640

3. Nome: Cristiane Viana Cavalcante Mota

Endereço: Av. Coronel Virgílio Távora, 1960

CEP: 61.800.000

Tels: (85) 3377-1677

E-mail: cris-mota@hotmail.com

Bairro: Antônio Miguel

Município: Itatinga/ CE

Celular: (085) 9993-4973

4. Nome: Hosana Maria Ávila Guimarães

Endereço: Rua: Pedro Gomes S/N

CEP: 62.600.000

Tels:

E-mail: não tem

Bairro: Esmerino Gomes

Município: Itapajé/ CE

Celular: (88) 9986-4176

5. Nome: Altair Martins da Rocha

Endereço: Distrito Holanda

CEP: 63.750.000

Tels: (88) 3617-2049

E-mail: setastamboril@yahoo.com.br

Bairro: -

Município: Tamboril/ CE

Celular: -

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. **Nome:** Lina Beatriz dos Santos Souza

Endereço: Rua: Alfredo Rodrigues da Costa, s/n **Bairro:** Esperança

CEP: 62.620.000

Município: Irauçuba/ CE

Tels: (88) 3635-1642

Celular: (88) 9614-4973

E-mail: não tem

2. **Nome:** Francisco Joaquim de Souza

Endereço: Rua: Prudêncio Furtado, 676 **Bairro:** Centro

CEP: 62.350.000

Município: Ubajara/ CE

Tels: (88) 3634-1079

Celular: (88) 9618-3836

E-mail: não tem

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. **Nome:** Maria Roselene Buriti Lima

Endereço: Rua: Sólton Viana, 1030

Bairro: Campo Velho

CEP: 63.900.000

Município: Quixadá/ CE

Tels: (88) 3414-4661/3412/1786

Celular: (88) 9928-4718

E-mail: social@quixada.ce.gov.br

2. **Nome:** Homlecia Araújo Ferreira

Endereço: Rua: São José S/N

Bairro: Centro

CEP: 63.430.000

Município: Icó/ CE

Tels: -

Celular: (88) 8803-3415

E-mail: não tem

3. **Nome:** Vanda Anselmo Braga dos Santos

Endereço: Av. Porto Canoa, Ed. Chios /3021 **Bairro:** Centro

CEP: 62.800.000

Município: Aracati/ CE

Tels:

Celular: (88) 8826-3725

E-mail: vandaanselmo@yahoo.com.br

4. **Nome:** Elis Regina Coelho de Sousa

Endereço: Rua: Pastor Teixeira Rego, 104 - Altos **Bairro:** Girilândia

CEP: 62.940.000

Município: Morada Nova/ CE

Tels: -

Celular: (88) 9969-8290

E-mail: elisreginac@yahoo.com.br

5. Nome: Elisalda Maria Gomes Oliveira

Endereço: Rua: Joaquim Ferreira dos Reis, N° 03 **Bairro:** Centro

CEP: 63.660.000

Município: Tauá/ CE

Tels: (88) 3437-1193

Celular: (88) 9291-7276

E-mail: elisaldagomes@hotmail.com

6. Nome: Dina Lara Bezerra de Menezes Castro

Endereço: Rua: Jaime Benévolo, 1053 **Bairro:** da Fátima

CEP: 60.050.080

Município: Aquiraz/ CE

Tels: (85) 3226-3348 (85) 3361-1822 **Celular:** (85) 8744-7727

E-mail: dina.lara@hotmail.com

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. Nome: Valdiana de Souza Arruda

Endereço: Rua: Vereador Raimundo Lima, S/N **Bairro:** Centro

CEP: 62.320.000

Município: Tianguá/ CE

Tels: (88) 3671-1971

Celular: (88) 9926-2352

E-mail: vsarruda@hotmail.com.br

2. Nome: Gláucia Maria Gondim de Queiroz (Canindé/ CE)

Endereço: Rua: Pe. Mororó, 2183 **Bairro:** Benfica

CEP: 60.015.000

Município: Fortaleza/ CE

Tels: não tem

Celular: (88) 8815-6047

E-mail: gláucia_gondimporto@hotmail.com

3. Nome: Katyuscya Maria Arraes Rodrigues

Endereço: Av. da Saudade, 3225/403 – Bloco 04 **Bairro:** Passaré

CEP: 60.861.330

Município: Aquiraz/ CE

Tels: (85) 3232-8927

Celular: (85) 9921-0090

E-mail: kmarraes@hotmail.com

4. Nome: Rita Nunes da Silva

Endereço: Rua São José, 1245 **Bairro:** Centro

CEP: 63.430.000

Município: Icó/ CE

Tels: não tem

Celular: (88) 9601-5090

E-mail: ritanunesas@yahoo.com.br

5. Nome: Elizeu Xavier Pinheiro Neto

Endereço: Rua: José de Queiroz Pessoa, 2474 **Bairro:** Planalto Universitário

CEP: 63.900-000

Município: Quixadá/ CE

Tels: (88) 3414-3490

Celular: (88) 8804-2589

E-mail: quixadasaude@hotmail.com

6. Nome: Renata Lima Fontele (Morada Nova/ CE)
Endereço: Rua Henrique Solemo, 1000 **Bairro:** Dionísio Torres
CEP: 60.135-420 **Município:** Fortaleza/ CE
Tels: (85) 3258-1267 **Celular:** (85) 9925-8979
E-mail: renatafontenele@hotmail.com e rfontenele@yahoo.com.br

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Maria José e Silva
Endereço: Cepriano Maia, 294 **Bairro:** Centro
CEP: 62.940-000 **Município:** Morada Nova/ CE
Tels: (88) 3422-1153/ 1077 **Celular:** 8822-4186
E-mail: não tem

2. Nome: Francisco Jackson da Costa
Endereço: Via Contorno Sul, 196 **Bairro:** Conjunto Habitacional
CEP: 62.700-000 **Município:** Canindé/ CE
Tels: (85) 3343-3937 **Celular:**
E-mail: não tem

3. Nome: Rosa Maria de Almeida Lopes
Endereço: Rua 13 de Maio, 190 **Bairro:** Centro
CEP: 61.940-000 **Município:** Maranguape/ CE
Tels: (85) 3341-0281/ 4191 **Celular:** (85) 8821-9248
E-mail: rosalopes@bol.com.br e apaempece@yahoo.com.br

4. Nome: Maria Elizângela Amorim Dias
Endereço: Rua Maria Studart Gomes, 711 **Bairro:** Praia Presídio
CEP: 61.700-000 **Município:** Aquiraz/ CE
Tels: **Celular:** (85) 8764-6243
E-mail: não tem

5. Nome: Francisca Erenice Barbosa da Silva
Endereço: Cacimba Funda **Bairro:** -
CEP: 62.800-000 **Município:** Aracati/ CE
Tels: **Celular:**
E-mail: erenicecarimbafunda@yahoo.com.br

6. Nome: João Bosco Costa da Silva
Endereço: Distrito de Juá **Bairro:** --
CEP: 63.900-000 **Município:** Quixadá/ CE
Tels: (88) 3445-4200 **Celular:** (88) 9241-0606

E-mail: não tem

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTES:

1. Nome: Maria das graças de Souza Martins

Endereço: Rua Argentina, 186

CEP: 63.900-000

Tels: (88) 3445-0083

E-mail: não tem

Bairro: Centro

Município: Quixadá/ CE

Celular: -

2. Nome: Marcos Paulo Gomes da Silva

Endereço: Praia de Maceió

CEP: 62.400.000

Tels: (88) 3621-8002

E-mail: m.p.g.s@hotmail.com

Bairro: Maceió

Município: Camocim/ CE

Celular:

3. Nome: Tânia Moisés

Endereço: Travessa Jangada, 145

CEP: 61.700.000

Tels: (85) 3361-5460

E-mail: taniamoises@hotmail.com

Bairro: Prainha

Município: Aquiraz/ CE

Celular: (85) 8871-4898

4. Nome: Ednaldo Vieira do Nascimento

Endereço: Rua; Juscelino Kubitschek, 361

CEP: 61.940.369

Tels: (85) 3341-3354

E-mail: ednalda.nascimento@bol.com.br

Bairro: Parque Santa Fé

Município: Maranguape/ CE

Celular: (85) 9942-9663

5. Nome: Antônio Carlos Monteiro

Endereço: Cantinho de Cima

CEP: 62.800.000

Tels:

E-mail: não tem

Bairro: Zona Rural

Município: Aracati/ CE

Celular: (88) 9211-6914

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Vicente de Paulo Batista de Sousa

Endereço: Rua 7 Casa 78 – COHAB

CEP: 62.050.730

Tels: (88) 3611-2826

Bairro: Sinhá Sabóia

Município: Sobral/ CE

Celular: (88) 9965-3880

E-mail: vicentebatista@bol.com.br

2. Nome: Francisca Silvia Helena Barbosa Duarte

Endereço: Rua: Sulamita Pontela, 775 **Bairro:** Cidade Oeste
CEP: 60.351.700 **Município:** Caucaia/ CE
Tels: (85) 3479-6911 / 3342-8087 **Celular:** (85) 9112-5952
E-mail: sylvyaduarte@bol.com.br

3. Nome: Maria Tereza Simão de Carvalho (*)

Endereço: R;Barba Alardo, 217 **Bairro:** Serrinha
CEP: 60.741.040 **Município:** Fortaleza/ CE
Tels: (85) 3225-1483 **Celular:** (85) 9924-6314
E-mail: tcsimao@yahoo.com.br

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. Nome: Luis Marcelo Gregório

Endereço: Rua Dr. Raimundo Norões Niofon, 136 **Bairro:** Vila Alta
CEP: 63.119-240 **Município:** Crato/ CE
Tels: (88) 3521-9600/ (88) 3521-3247 **Celular:** (88) 8815-1692
E-mail: luizgregorio@ig.com.br

2. Nome: Argemiro da Silva Coutinho Filho

Endereço: Rua: Caio Prado, 1305 **Bairro:** Coqueiro
CEP: 62.500.000 **Município:** Itapipoca/ CE
Tels: (88) 361-4234 **Celular:** '(88) 9622-2365
E-mail: argemirocoutinho@hotmail.com

3. Nome: Ana Flávia Pereira (*)

Endereço: Rua: Padre Pedro Alencar, 1466/411 – Bloco B **Bairro:** Messejana
CEP: 60.840.280 **Município:** Fortaleza/ CE
Tels: (85) 3371-7075 **Celular:**
E-mail: não tem

(*) Moram em Fortaleza e trabalham no Município de Maracanaú

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Francisco Jacinto Araújo da Silva

Endereço: Rua: Samuel Uchoa, 64 **Bairro:** Parque Antonia Justa
CEP: 61.900.000 **Município:** Maracanaú/ CE
Tels: **Celular:** (850 8826-9523
E-mail: não tem

2. Nome: Expedito Vidal dos Santos

Endereço: Rua; 12 de outubro, 267 **Bairro:** Vila União
CEP: 62.100.000 **Município:** Sobral/ CE

Tels: (88) 3611-3729

Celular: (88) 9209-1733

E-mail: não tem

3. Nome: Maria dos Anjos Costa da Cruz

Endereço: Rua: Santa Rita, 1282

Bairro: Nova Pabussu

CEP: 61.600.350

Município: Caucaia/ CE

Tels: (85) 3342-3828

Celular: (85) 9111- 1896 9928-2845

E-mail: não tem

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTES:

1. Nome: Izaque Batista Alves

Endereço: Av. Central Sul, 299

Bairro: Acaracuzinho

CEP: 61.920.700

Município: Maracanaú/ CE

Tels: (85) 3467-8565

Celular: (85) 9165-3450

E-mail: izaque9@hotmail.com

2. Nome: Ivoneide de Sousa Moreira

Endereço: Rua Saci, 950

Bairro: Centro

CEP: 61.650.410

Município: Caucaia/ CE

Tels: (85) 3237-17

Celular: (85) 9112-8011

E-mail: ivoneidsm@hotmail.com

MUNICÍPIO METRÓPOLE

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: André de Menezes Gonçalves

Endereço: Rua Emiliano de Almeida Braga, 1001/ 101

Bairro: Novo Barroso

CEP: 60.868-170

Município: Fortaleza/ CE

Tels: (85) 3295-1716

Celular: (85) 8846-5663

E-mail: andré-mg@uol.com.br

2. Nome: Lidiana Rios Farias

Endereço: Av. Francisco Sá, 1855/ 504

Bairro: Jacarecanga

CEP: 60.010-450

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 8893-6960

E-mail: lidi.rios@gmail.com

3. Nome: Elízio de Araújo Loiola

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1301, Bloco C - 202

Bairro: Benfica

CEP: 60.020-161

Município: Fortaleza/ CE

Tels.: (85) 3223-8193

Celular: (85) 9922-0340

E-mail: lelizioloiola@ig.com.br

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. Nome: Cristiane Barroso Façanha

Endereço: Rua Pe. Cícero, 635

CEP: 60.430-570

Tels: (85) 3283-2708

E-mail: christianefacanha@ig.com.br

Bairro: Parque Araxá

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 8862-3322

2. Nome: Ana Cristina Pereira da Costa

Endereço: Av. A, Bloco 130/ 102

CEP: 60.763-440

Tels: (85) 3296-2140

E-mail: a.cristinacosta@bol.com.br

Bairro: Conjunto Esperança

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 9624-6204

3. Nome: Elisabete Pereira de Menezes

Endereço: Rua Dr. Alfredo Weyne, 55 A/ 301

CEP: 60.415-520

Tels: (85) 3256-1553

E-mail: betemen@fortalnet.com.br

Bairro: Fátima

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 8746-5301

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Maria Aurileide de Souza Soriano

Endereço: Av. Augusto dos Anjos, 1360

CEP: 60.720-300

Celular: (85) 9955-6044

E-mail: não tem

Bairro: Parangaba

Município: Fortaleza/ CE

2. Nome: Adriana Farias Lacerda

Endereço: Rua Capitão Gustavo, 3333/ 104

CEP: 60.120-140

Tels: (85) 3247-5247

E-mail: adriana.lacerda@oi.com.br

Bairro: Joaquim Távora

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 8827-1109

3. Nome: Maria Assunção dos Santos Lobo

Endereço: Rua Antônio Juraci Ricarte, 330

CEP: 60.868-685

Tels: (85) 3231-1737 (FBFF)

E-mail: não tem

Bairro: Passaré

Município: Fortaleza/ CE

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. **Nome:** Regina Maria da Silva Severino

Endereço: Rua São Felipe, 1151

CEP: 60.731-020

Tels.: (85) 3498-1031

E-mail: não tem

Bairro: Parque Jerusalém

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 9996-8131

2. **Nome:** Yara Lúcia Marcelino

Endereço: Av. J, nº 1770

CEP: 60.348-290

Tels.: (85) 3284-4179

E-mail: não tem

Bairro: Conjunto dos Bancários

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 8744-1088

3. **Nome:** Valdiva Furtado de Castro

Endereço: Rua Santo Amaro, 428

CEP: 61.900-000

Tels.: (85) 3463-3571

E-mail: não tem

Bairro: Planalto Airton Sena

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 9944-0413

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS-CE

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. **Nome:** Célia Maria de Souza Melo

Endereço: Rua Barão de Aracati, 2715/503

CEP: 60.115-082

Celular: (85) 9944-1343

E-mail: celiamariamelo@gmail.com

Bairro: Aldeota

Município: Fortaleza/ CE

2. **Nome:** Nágila Costa Araújo

Endereço: Rua Potengi, 36

CEP: 60.130-340

Tels.: (85) 3227-5740

E-mail: nagila.c.a@hotmail.com e nagila@stds.ce.gov.br

Bairro: São João do Tauape

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 9603-5740

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. **Nome:** Plínio Leitão Neto

Endereço: Rua 34, nº 257 – 2ª Etapa

CEP: 60.175-060

Bairro: Conjunto Ceará

Município: Fortaleza/ CE

Tels.: (85) 3294-2816

Celular: (85) 8801-6645

E-mail: netolei@bol.com.br e plínio@saude.ce.gov.br

2. Nome: José Nazário Viana Filho

Endereço: Rua Thomas Edson, 1286

Bairro: Parangaba

CEP: 60.740-740

Município: Fortaleza/ CE

Tels.: (85) 3255-1306

Celular: (85) 8855-3687

E-mail: nazário@sefaz.ce.gov.br

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES:

1. Nome: Renata Moreira da Silva

Endereço: Rua Rodrigues Júnior, 32 A

Bairro: Parque São José

CEP: 60.000-000

Município: Fortaleza/ CE

Tels.: (85) 3467-5297

Celular: (85) 9993-9039

E-mail: renatagirassol@oi.com.br

2. Nome: Lúcia Mônica Menezes Pereira

Endereço: Rua Vilebaudo Aguiar, 401/ 104

Bairro: Cocó

CEP: 60.190-780

Município: Fortaleza/ CE

Celular: (85) 9985-0947

E-mail: aimonica@hotmail.com e cressceara@cress-ce.org.br

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTE:

1. Nome: Maria Andrade Leite

Endereço: Rua Antonina do Norte, 84

Bairro: São Gerardo

CEP: 60.325-610

Município: Fortaleza/ CE

Tels.: (85) 3243-1279

Celular: (85) 9996-9941

E-mail: foras763@terra.com.br

2. Nome: Geraldo Simplício de Oliveira

Endereço: Rua José Rocha, 194 A

Bairro: Itambé

CEP: 61.600-000

Município: Caucaia/ CE

Tels.: (85) 3342-3791

Celular: (85) 9139-6255

E-mail: geraldosimplicio@oi.com.br

5. Moções Aprovadas

MOÇÃO REINVINDICATÓRIA

OS DELEGADOS, PARTICIPANTES DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ, REIVINDICAM DO GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA STDS, A IMEDIATA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DAS SALAS E AUDITÓRIO DO PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, OSTENSIVAMENTE VIGIADAS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, NUMA DEMONSTRAÇÃO VIVA DE AUTORITARISMO, QUANDO DEVERIA SER O DEFENSOR DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS ZELANDO PELA HARMONIA SOCIAL, PERMITINDO QUE OS SERVIDORES DA SECRETARIA PUDESSEM DISPOR DE MELHORES CONDIÇÕES FÍSICAS DE TRABALHO. A DIREÇÃO DA STDS DEVERÁ AGIR, EM CONJUNTO COM O CEAS-CE, VISANDO UMA SOLUÇÃO IMEDIATA DESSA QUESTÃO, INCLUSIVE ACIONANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SE NECESSÁRIO.

FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2007.

MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO

OS PARTICIPANTES DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ, VEM ATRAVÉS DESTA MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO, EXIGIR DO GOVERNO DO ESTADO, QUE A META DE GESTÃO SUAS, DELIBERADA NA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL, REALIZADA EM 2005, QUE DETERMINOU A IMPLANTAÇÃO DE 20 NÚCLEOS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, COM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE ASSESSORIA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDAS, VENHA SER ATENDIDA.

FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2007.

MOÇÃO

NÓS DELEGADOS REUNIDOS NA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ, VIMOS ATRAVÉS DESTA MOÇÃO EXIGIR QUE O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, ASSEGURE ATRAVÉS DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL O REPASSE DE NO MÍNIMO 10% DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2007.

MOÇÃO

NÓS DELEGADOS REUNIDOS NA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ, VIMOS ATRAVÉS DESTA MOÇÃO REPUDIAR A PROPOSTA NEOLIBERAL DO ATUAL GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, QUE NÃO PRIORIZA A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NÃO VALORIZA OS CONCURSOS PÚBLICOS, E OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, OFERECENDO SALÁRIOS INDIGNOS.

FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2007.

MOÇÃO

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO CEARÁ.

FORTALEZA, 26 DE OUTUBRO DE 2007.